

# Acção **Socialista**

Nº 1250 - 7 Setembro 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao) E-mail: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt)



## SOARES É FIXE



# PORTUGAL

O país precisa de alguém na presidência da República que saiba colocar-se acima dos partidos políticos e contribuir para a coesão e a unidade dos portugueses. Este é o perfil de Mário Soares que concorre de novo a Belém apoiado pelo Partido Socialista

forum



## Novas Fronteiras

Seis meses de Governo.

**PREPARAR O FUTURO COM CONFIANÇA.**

10 DE SETEMBRO. 15H.

**Centro Cultural de Belém.** Sala Siaca. Lisboa.





## RENTRÉE DO PS

# SÓCRATES ANUNCIA COLOCAÇÃO DE PROFESSORES POR TRÊS A QUATRO ANOS

*A colocação de professores vai ser válida, a partir do próximo ano lectivo, por um período de três a quatro anos, conforme a duração do respectivo ciclo de ensino, prometeu no dia 3 José Sócrates, no comício de "rentrée" do PS, na Praça D. João I, no Porto, onde também defendeu o trabalho dos primeiros cinco primeiros meses de governação e anunciou um plano de combate à pobreza dos idosos.*

"Pusemos na ordem o concurso de professores e o ano lectivo pode começar com normalidade. Alguns políticos ainda coram de vergonha quando se fala nisto", disse o líder socialista, numa alusão às trapalhadas ocorridas nos tempos de Durão e Santana em torno da colocação dos docentes.

José Sócrates assegurou ainda, na área da educação, o funcionamento das escolas do 1º ciclo até às 17h30, o ensino do Inglês, o fornecimento de refeições na maioria dos estabelecimentos de ensino primário e a formação contínua dos professores deste ciclo na área da matemática, medidas que, realçou, irão melhorar a qualidade do ensino.

Outra medida anunciada pelo primeiro-ministro foi a viabilização, no Orçamento de Estado para o próximo ano, de um reforço de verbas para o combate à pobreza, em particular dos idosos, classificada como uma prioridade do PS. "É nos momentos de dificuldade que é necessário um apoio aos mais pobres, mesmo quando estes não podem recorrer à greve ou a manifestações", disse.

Sobre a grave situação económica que o país atravessa, Sócrates remeteu as principais responsabilidades para os governos da direita nos últimos três, que muito contribuíram para o cenário actual, garantiu a determinação do Executivo socialista no combate ao défice, reafirmando que este em finais de 2006 andarà pelos 4,8 por cento, "sem estratégias nem fantasias como receitas extraordinárias e desorçamentações".

Na sua intervenção, falando enquanto primeiro-ministro fez uma explanação sobre as medidas que o Executivo tomou nos cinco meses de governação, como o comércio fora das farmácias de medicamentos de venda livre, a descida dos preços dos remédios comparticipados em seis por cento, a redução das férias judiciais para 30 dias, permitindo "uma justiça mais rápida e dignificada", e a "audaciosa" reforma das pensões do sector público e privado, "com uma idade de reforma e cálculo das pensões iguais para todos".

Sócrates referiu-se ainda do combate à fuga e evasão fiscais e à Segurança Social, que só este ano irá permitir,

segundo as suas contas, arrecadar mais 1300 milhões de euros, e da reposição dos incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento, juntamente com a autonomização financeira dos laboratórios do Estado – medidas inseridas no "plano tecnológico" do Governo.

E salientou ter conseguido "o que muitos disseram ser impossível: criar uma empresa na hora", medida que em termos práticos permitiu, disse, criar até ao momento 411 novas empresas com um tempo médio de constituição de uma hora e 19 minutos.

"Julgavam que era impossível vencer interesses corporativos, mas bastaram cinco meses para se perceber que não ficava tudo na mesma", disse.

Sobre a vaga de fogos que, mais uma vez este ano assolou o país, o secretário-geral do PS disse haver causas estruturais diagnosticadas, que terão "uma resposta logo que acabe a época de incêndios", com a apresentação de medidas, nomeadamente no que respeita ao ordenamento das florestas, prevenção, perseguição dos incendiários e punição da negligência.

## Soares une os portugueses

A candidatura de Mário Soares à Presidência da República foi outro dos temas abordados por José Sócrates, que afirmou ser o fundador do PS "a figura mais prestigiada da democracia portuguesa e com maior projecção internacional".

Salientando que a candidatura de Soares tem "uma proposta clara: a de unir os portugueses", o líder socialista acrescentou que "o país precisa de alguém que, sabendo colocar-se acima dos partidos, contribua para a coesão e unidade dos portugueses".

Para Sócrates, "Mário Soares une o país, não o divide, esta é a imagem de marca de alguém que tem uma vida a prová-lo. Nem todos podem dizer o mesmo". O secretário-geral socialista defendeu ainda que as eleições presidenciais "não servem, como alguns parecem querer, para fazer da Presidência da República sede da oposição ao Governo e pólo de instabilidade política".

Isso, alertou, "seria tentar usar a



Presidência da República para fazerem o que não têm conseguido na Assembleia da República. Seria um desvirtuar da Constituição".

Na sua intervenção, o líder do PS, José Sócrates, definiu como objectivo eleitoral do PS para as autárquicas conseguir ser o partido mais votado.

"Em democracia só há uma maneira de ganhar eleições: ter mais votos que os outros. É para isso que vamos trabalhar", disse.

Referindo que "o PS não dorme em combate", Sócrates disse que os socialistas apresentam-se "para ganhar estas autárquicas" e afirmou que, olhando para o comício, sentiu o partido "forte e mobilizado".

Dirigindo-se directamente ao eleitorado do Porto, o líder socialista considerou que a cidade "merece melhor na sua câmara" do que a actual maioria PSD/PP.

"O país precisa que o Porto volte a ser uma cidade dinâmica, cosmopolita, aberta à cultura, à ciência e ao conhecimento, com maior qualidade de vida", disse Sócrates, considerando que "é preciso mudar e pôr fim a quatro anos de inacção e vazio".

E numa alusão a Francisco Assis, sustentou que "está na hora de pôr à frente da Câmara do Porto um dos mais qualificados políticos portugueses da nova geração".

Por sua vez, o candidato socialista à

Câmara da Invicta salientou que a 9 de Outubro os portuenses vão optar "entre um Porto de lamúria, conflitos intermináveis e resignação" e outro de "confiança e esperança". Já o líder da JS, Pedro Nuno, ocupou parte da sua intervenção com rasgados

elogios a Mário Soares, que classificou como o "mais jovem político português", sublinhando que "quando surge o argumento da idade para criticar alguém é porque não existe mais nenhum para onde pegar".

J. C. C. B.

## COMISSÃO NACIONAL

### CANDIDATURA DE SOARES APROVADA PELO PS

A Comissão Nacional aprovou por larga maioria, no passado domingo, o apoio do partido à candidatura de Mário Soares à Presidência da República. Na reunião do principal órgão entre congressos, o apoio do partido à candidatura de Mário Soares foi aprovado por 163 dos 175 membros presentes. Segundo Jorge Coelho, a "larguíssima maioria" de votos a favor do apoio a Mário Soares exprime o apoio "firme, convicto e determinado" do PS à candidatura do ex-Presidente da República, uma personalidade que "nos momentos mais complexos da vida nacional esteve sempre ao lado dos portugueses".

Falando aos jornalistas no final da reunião, o dirigente socialista frisou, no entanto, que Mário Soares "não será o candidato do PS, mas o candidato apoiado pelo PS a Presidente de todos os portugueses".

E avançou com três razões para o apoio socialista a Soares: "é o político português com maior prestígio internacional", "é uma candidatura que apela à coesão nacional e à união dos portugueses" e, finalmente, "usará a sua magistratura de influência para garantir a estabilidade".

"A direita não terá na Presidência da República alguém para promover a desforra daquilo que perdeu nas legislativas", afirmou.

SOARES CANDIDATO A BELÉM

# POR AMOR A PORTUGAL



***“Unir os portugueses, dar-lhes voz e confiança no futuro” é o grande desígnio assumido por Mário Soares ao aceitar o desafio que José Sócrates lhe fez em nome de todos os socialistas no sentido de se candidatar à Presidência da República.***

***“Depois de ponderada reflexão, estou em condições de responder ao apelo que me foi dirigido: aceito candidatar-me a Presidente da República”. Foi com estas tão esperadas palavras que Mário Soares iniciou a sua declaração de candidatura, arrancando de imediato uma ovação da vastíssima assistência que se reuniu, no passado dia 31 de Agosto, no Hotel Altis, em Lisboa, para lhe manifestar apoio.***

Desde o começo, Soares deixou clara a natureza suprapartidária da missão que iniciava com aquela afirmação, frisando por isso que será “um candidato nacional apoiado pelo PS”, e não só “do PS”. Encarando desde o início uma das críticas que lhe têm dirigido e que muita tinta tem feito correr, o antigo chefe de Estado reiterou que aquela muito citada frase sua “Basta de política!” — proferida em Dezembro de 2004 — foi “completamente sincera” e derivava do seu “firme propósito

de continuar o trabalho intelectual e cívico” que desenvolvia há nove anos, desde que deixou o Palácio de Belém. Todavia, o facto de se ter apercebido, “agudamente”, segundo explicou, do espírito depressivo dos portugueses, um estado de ânimo colectivo “que amplifica a situação de crise económico-financeira que Portugal atravessa”, e do pessimismo que se está a instalar quanto ao futuro da Pátria, alterou o rumo da sua vida e não lhe

permitted poupar-se “à previsível turbulência política dos próximos anos”. “Foi essa situação e ainda a crescente ausência de valores cívicos, bem como o reconhecimento de um certo vazio quanto a candidatos presidenciais que me obrigou a mudar de propósitos e lançar-me de novo num combate político que julgo decisivo”, explicou. Assim, assumindo o repto como um “dever cívico” que prevê “difícil, mas exaltante”, o ex-secretário-geral do PS lamentou que a sua tentativa de “abrir caminho às gerações mais novas” não tivesse colhido os frutos esperados. Ao lembrar que, se vencer as presidenciais de 2006, contará 81 anos no momento da eleição, Soares garante sentir-se em “bom estado físico e mental”, manifestando ainda total convicção em poder demonstrá-lo durante a campanha.

Recordando que em 1948-49 também ele se lançara, com apenas 23 anos, no combate político de apoio à candidatura presidencial de Norton de Matos, que na altura, curiosamente contava já 81 anos, Soares gracejou: “Como se vê, a longevidade em política tem ilustres precedentes”. “Com os meus 81 anos serei seguramente um estímulo para todos os idosos que recusam morrer antes de chegar a sua hora”, rematou, recolhendo o acordo da assistência.

### **Soares sempre “fixe”**

É e precisamente por causa do seu longo historial de combate cívico “marcado por fortes convicções” que Mário Soares se declarou incapaz de abster-se de dar o seu contributo “num momento de

crise, de desorientação e de indiferença”, movido, assegurou finalmente, “por amor a Portugal”. Destacando os jovens como aqueles que mais rapidamente se mobilizaram com a hipótese da sua candidatura, o histórico fundador do PS lembrou que a empatia que sempre o manteve próximo da juventude fica a dever-se ao seu sincero empenhamento pelas causas que tocam os mais novos.

Perante os jovens que, em diversos pontos do país e naquelas salas do hotel da capital onde se apresentou como candidato presidencial, voltaram a gritar “Soares é fixe”, o ex-Presidente da República agradeceu sentidamente a “líidima manifestação de confiança e esperança” nele depositada, assumindo o compromisso de travar o sua próxima batalha política “para eles” e comprometendo-se a trabalhar para salvaguardar as legítimas expectativas de futuro da juventude portuguesa.

Numa breve reflexão sobre o que tem mudado no mundo, na Europa e no país desde que foi Presidente em 1995/1990 ou mesmo no seu segundo mandato (1991/1996), Mário Soares revelou-se um conhecedor profundo das novas problemáticas da actualidade e afirmou categórico que, com as enormes e até dramáticas alterações ocorridas na última década, ele também mudou. “Nos últimos dez anos não parei de reflectir, de participar, de estar activamente empenhado nas temáticas mais actuais relativas a Portugal, à Europa e ao mundo, pronunciando-me

## TEMÁTICAS DE UMA PRESIDÊNCIA MODERNA

- 1 — Aprofundar o Estado de Direito e trabalhar para uma cultura de cidadania
- 2 — Ordenar o território e promover a redução das assimetrias regionais
- 3 — Lutar contra a pobreza e o desemprego, tendo em vista a maior coesão social
- 4 — Promover a inclusão social dos imigrantes
- 5 — Adotar o modelo de desenvolvimento sustentado praticado nas experiências democráticas europeias mais avançadas e inovadoras
- 6 — Investigar e aproveitar as riquezas oceanográficas do nosso espaço marítimo
- 7 — Tornar a justiça eficaz, garantir a segurança às pessoas, contribuir para a educação permanente dos cidadãos e promover a cultura, a saúde, o trabalho e aperfeiçoar o sistema de segurança social
- 8 — Proceder ao tratamento integrado e renovação das florestas.

M.R.



publicamente sobre todas as questões. Portanto, os portugueses sabem o que penso", venceu.

Os novos conhecimentos adquiridos e o enorme caudal de experiência acumulada é o importante capital pessoal que entende ser seu dever colocar de novo ao serviço de Portugal.

### Sacudir o pessimismo

No âmbito do "grande debate de ideias" que espera suscitar, Soares manifesta-se apostado em dar voz aos cidadãos e contribuir para que estes encontrem bons argumentos para acreditar que o país vencerá a crise que o afecta.

"É preciso que os portugueses se convençam que todos temos a nossa quota-parte de responsabilidade, em maior ou menor grau, pela crise em que nos encontramos", apontou, defendendo de seguida que o nosso é "um país com futuro" e que "os abrandamento económico e os défices não são insuperáveis". "O que conta, finalmente, são as pessoas e a sua determinação de lutar", considerou, acrescentando, nesse sentido, que "a coesão social é um elemento essencial do desenvolvimento económico".

Ao advogar que o empenhamento e a participação de "todos os portugueses" na vida pública é determinante, Mário Soares sublinhou que "os males da Pátria não podem ser atribuídos só aos políticos, aos jornalistas, aos empresários ou a quaisquer outros sectores profissionais", voltando a apelar à participação colectiva.

No plano da economia, o ex-chefe de Estado defendeu que a redução da fuga aos impostos deve ter como contrapartida melhores serviços públicos, cortes signi-



ficativos nas despesas do Estado e o avanço na luta "sem tréguas" contra a corrupção".

"É necessário ainda desenvolver o gosto, a cultura e a honra das pessoas servirem o Estado e trabalharem para o bem da colectividade a que pertencem", sublinhou.

A propósito do perfil presidencial que pretende personificar caso seja eleito chefe de Estado e do seu entendimento sobre os poderes presidenciais, Mário Soares manifestou-se preparado para retomar as funções de "garante da cumprimento da Constituição", de "moderador" e de "árbitro", exercendo o que em tempos

chamou "uma magistratura de influência". Para levar a cabo com sucesso esta missão, o candidato considera "indispensável" que o próximo Presidente da República portuguesa tenha "um certo perfil humano, experiência e a necessária flexibilidade política", além de ser "essencial" que a sua seja "uma voz

autorizada e ouvida no vasto mundo onde Portugal tem interesses a defender".

"Se for eleito como espero, serei, como fui no passado, o Presidente de todos os portugueses", prometeu, garantindo que o seu desempenho será pautado pela isenção, pelo diálogo, pelo respeito às instituições democráticas, pelo empenhamento na coesão da Nação e no vasto espaço da lusofonia, à difusão das novas tecnologias e às forças do progresso.

Mário Soares disse ainda estar apostado em suscitar debates plurais que contribuam para esclarecer e consciencializar os cidadãos quanto às temáticas dos nossos dias (ver caixa na página anterior).

Após renovar o apelo à construção solidária de "um Portugal de referência na Península Ibérica, na Europa, no Atlântico e no vasto espaço da lusofonia", Mário Soares centrou-se na proximidade do importante combate eleitoral que terá lugar a 9 Outubro, chamando à mobilização geral, mas deixando claro que não deve confundir-se a campanha para as autárquicas com a campanha para as presidenciais.

Assim, até à realização das autárquicas de Outubro, Soares tenciona cumprir compromissos pendentes, contactar a nossa emigração e "desembaraçar-se" das obrigações e responsabilidade que tem nas duas fundações a que preside, em organizações internacionais e com instituições de carácter académico-editorial.

A concluir a sua declaração de candidatura, Soares afirmou que o desafio do futuro é "ousar e vencer".

Optimista, como sempre, afirmou: "Vamos conseguir!".

MARY RODRIGUES

## ACTIVIDADE 1996/2005

Uma década volvida desde o final do seu segundo mandato como Presidente da República, Mário Soares — indiscutível e central figura da democracia portuguesa — está de volta ao combate eleitoral, afirmando-se pronto a regressar ao Palácio de Belém para "unir os portugueses" e "dar-lhes voz e confiança no futuro".

Findos dois mandatos presidenciais, em 1996, Soares prometeu dedicar-se à escrita, mas, ao longo dos últimos nove anos, fez muito mais do que isso:

Deu aulas como professor catedrático na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e continuou a participar em seminários e palestras por todo o mundo. Só em 1998 esteve em mais de 55 eventos, na sua grande maioria realizados no estrangeiro.

Pondo ao serviço dos portugueses a sua vasta cultura política, histórica, literária e o seu grande poder de comunicação, Soares apresentou num canal privado de televisão a série "O Século do Povo", uma produção inglesa que relatava os principais acontecimentos que marcaram a história mundial nos últimos cem anos.

Já no serviço público de TV, entrevistou chefes de Estado e de Governo de todo o globo, bem como figuras de elevadíssimo prestígio internacional, como foi o caso do Kofi Annan, actual secretário-geral das Nações Unidas.



Esta série de programas seria interrompida quando aceitou o convite formulado por António Guterres para encabeçar a lista do PS ao Parlamento Europeu nas eleições de 1999, em que os socialistas obtiveram uma expressiva vitória.

No contexto nacional, a suas opiniões e comentários continuaram sempre a ser escutados por todos.

Crítico da política seguida nos últimos anos pelos Estados Unidos da América

— país que considerou aproximar-se de um "sistema oligárquico" porque lá "é o dinheiro que manda" —, tornou-se, em 2003, um dos rostos da oposição à ilegítima e ilegal guerra no Iraque.

Mais recentemente, Mário Soares participou activamente na campanha pelo "sim" no referendo em França sobre o Tratado Constitucional Europeu, discursando num comício organizado pelo PSF, em Paris, a 18 de Maio deste ano.

M.R.

## UNIÃO EM TORNO DE SOARES



Foram incontáveis as figuras notáveis do Partido Socialista e independentes que se reuniram em torno de Mário Soares para lhe dar o seu apoio incondicional, num ambiente de confiança, de união e de disposição de ajudar a vencer a contenda eleitoral do próximo ano.

José Sócrates foi o primeiro a saudar Soares após a intervenção em que o antigo chefe de Estado anunciou o seu regresso ao

combate político nas presidenciais de 2006.

Para o líder socialista, a candidatura do histórico fundador do PS "corresponde a um sentimento generalizado do partido".

Questionado, à porta do Hotel Altis, sobre a disponibilidade de Manuel Alegre para uma candidatura que não chegou a avançar, o secretário-geral do partido realçou o "grande currículo político e académico" do deputado-poeta, ressaltando porém que, na actual conjuntura, a candidatura de Mário Soares é a que "melhor serve os portugueses" e a que "mais contribui para unir Portugal".

Outra manifestação de total apoio à candidatura de Soares personificou-se na figura do presidente do partido, Almeida Santos, que à chegada do recinto afirmou: "Hoje é um grande dia para o PS".

"O país vai sufragar esta candidatura com uma grande votação", afirmou o ex-presidente da Assembleia da República, sublinhando a excelente forma física e intelectual do antigo chefe de Estado.

Ao ser interpelado sobre o facto de Manuel Alegre ter discordado da candidatura do antigo Presidente, Almeida Santos foi peremptório: "Não é hora de fazer críticas, é hora de rodear Mário Soares e dar todo o apoio que os socialistas podem e devem dar".

M.R.

# APOIOS DE TODOS OS QUADRANTES

Duas enormes salas e respectivos corredores de acesso de um hotel lisboeta não chegaram para acolher as largas centenas de pessoas que se reuniram, na tarde do passado dia 31 de Agosto, para saudar e manifestar o seu total apoio à candidatura de Mário Soares à Presidência da República.

Prestigiadas figuras da política nacional, do espectáculo, do desporto, das artes e também membros do Executivo socialista somaram-se a uma grande massa de apoiantes que recordaram, a viva voz, o slogan "Soares é fixe". Eram cidadãos anónimos, de todas as idades, cujo

entusiasmo não esfriou nem com as falhas de microfone que obrigaram Mário Soares a interromper duas vezes o seu muito aplaudido discurso.

O "Acção Socialista" elenca aqui os nomes das personalidades que fizeram questão de estar presentes

no anúncio da terceira candidatura à Presidência da República de Mário Soares, embora seja preciso ressaltar que a listagem não é exaustiva, uma vez que alguns dos notáveis que estiveram no Hotel Altis não chegaram a assinar a folha de registo de presenças.

M.R.



## Lista de presenças na apresentação de candidatura de Mário Soares às eleições presidenciais de 2006:

ACÁCIO SOUSA – director Arquivo Distrital de Leiria  
ADALBERTO CASAIS RIBEIRO – Ex-presidente ADESE, ex-deputado PCP  
ADÉRITO RAQUEL  
ADRIANO FILIPE – Desporto  
AGOSTINHO ABADE – Empresário  
ALBERTO MESQUITA – Desporto  
ALBINO ALMEIDA – CONFAP  
ALBINO REIS  
ALCIDES BRANCO – Empresário  
ALCIDES DE MATOS – Desporto  
ALCINO CARDOSO – ex-Secretário de Estado CDS  
ALCINO PEREIRA – Desporto  
ALEXANDRA MESQUITA  
ALEXANDRE MANUEL – Editor  
ALFREDO BASÍLIO – Desporto  
ALFREDO BRUTO DA COSTA  
ALFREDO DUARTE COSTA, Embaixador  
ALMEIDA FARIA  
ANA ANDRÉ – Professora  
ANA BOLA  
ANA GOMES  
ANA MARIA CABRAL – Desporto  
ANA MERCEDES  
ANA PRATA – Professora  
ANA SOFIA CARVALHO  
ANA ZANATTI  
ANDRADE NEVES  
ANDRÉ JORDAN – Empresário  
ANIBAL SANTOS – Ex-administrador IPE e Quimigal  
ANTÓNIO – Caricaturista  
ANTÓNIO ALEXANDRE – Tomar  
ANTÓNIO ARNAUT  
ANTÓNIO BAPTISTA LOPES  
ANTÓNIO BRÁS MONTEIRO – Empresário  
ANTÓNIO CAMPINOS  
ANTÓNIO CAMPOS  
ANTÓNIO CAMPOS – Desporto

ANTÓNIO CHAINHO  
ANTÓNIO CLUNY  
ANTÓNIO DIAS DA CUNHA  
ANTÓNIO FEU – Desporto  
ANTÓNIO FIUZA FRAGA – Desporto  
ANTÓNIO FONSECA – Ex-presidente da Câmara Vale de Cambra  
ANTÓNIO FONSECA E COSTA  
ANTÓNIO FRANCO – Embaixador  
ANTÓNIO HOMEM DE GOUVEIA  
ANTÓNIO INVERNO  
ANTÓNIO MALDONADO GONELHA  
ANTÓNIO MANUEL SIMÕES – Desporto  
ANTÓNIO MEGA FERREIRA  
ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO – Diplomata  
ANTÓNIO MIGUEL – Desporto  
ANTÓNIO NEVES – Desporto  
ANTÓNIO NEVES – Pres. Fed. Portuguesa Desporto para Deficientes  
ANTÓNIO OLIVEIRA DE CARVALHO  
ANTÓNIO PAULA SANTOS  
ANTÓNIO PEDRO VASCONCELOS  
ANTÓNIO PRATES – Galerista  
ANTÓNIO REIS  
ANTÓNIO RIBEIRO  
ANTÓNIO ROSADO  
ANTÓNIO SALEIRO  
ANTÓNIO SARAIVA – Empresário  
ANTÓNIO VALADAS FERNANDES – Empresário  
ANTÓNIO VALDEMAR  
ANTÓNIO VITORINO  
ARMANDO NUNES DA SILVA – Economista; Dir. Reg. IEFP Leiria  
ARMANDO RODRIGÓ LEITE  
ARNALDO SILVA  
ARTUR PENEDOS  
ARTUR PEREIRA  
ARTUR PORTELA  
AUGUSTO CID  
AUGUSTO MATEUS  
AUGUSTO MENDES PEREIRA  
AUGUSTUS  
AURORA CUNHA  
BAPTISTA BASTOS  
BÁRBARA GUIMARÃES  
BATISTA COELHO – Pres. Sindicato Juizes

BERNARDINO GOMES  
BERNARDO FUTSCHER PEREIRA – Diplomata  
BRAGA DA CRUZ  
CÂNDIDO FERREIRA  
CAPOULAS SANTOS  
CARLA COUTO – Desporto  
CARLA LOPES NETO – JS  
CARLA OLIVEIRA – Jurista  
CARLOS ALBERTO MONIZ, Cantor  
CARLOS ALBERTO PEREIRA MARTINS – Director Montepio Geral  
CARLOS ALBINO – Jornalista  
CARLOS AMADO  
CARLOS ANDRÉ  
CARLOS ANTUNES  
CARLOS AVILLEX  
CARLOS BARRAL  
CARLOS CASTRO  
CARLOS CORTES – Presidente Associação Médicos Internos  
CARLOS LEITÃO – Desporto  
CARLOS LIMA  
CARLOS LUÍS  
CARLOS MAMEDE, Presidente Inst. Gestão das Loja do Cidadão  
CARLOS MARTINS – Economista  
CARLOS MONJARDINO  
CARLOS MOTA – Empresário  
CARLOS NOGUEIRA – Escultor  
CARLOS PINTO COELHO  
CARLOS RIBEIRO – Desporto  
CARLOS RIBEIRO – Ex-bastonário Ordem dos Médicos  
CARLOS SANTANA MAIA  
CARLOS SANTOS FERREIRA – Gestor  
CARLOS TRINDADE – CGTP  
CARLOS VENTURA MARTINS  
CATARINA AVELAR  
CATARINA FORTUNATO DE ALMEIDA  
CELINA PESTANA  
CELINA PEREIRA  
CÉSAR MONTEIRO – Publicitário  
CIDÁLIA MOREIRA  
CLARA CORRÊA (Augustus)  
CLARA PINTO CORREIA  
CLOTILDE FAVA  
CONCEIÇÃO BERNARDINO – Professor Ensino Secundário

CONCEIÇÃO MACEDO – Arquitecta  
CONSTANÇA URBANO DE SOUSA – Professora universitária  
COSTA AMORIM – Deputado  
CRISTINA CALDEIRA – Professora universitária  
CUSTÓDIA FERNANDES – Deputada  
DEOLINDA BARROS MONTEIRO – Prof. Instituto Espanhol  
DIOGO BERNARDO MONTEIRO – JS  
EDUARDO FORTUNATO DE ALMEIDA  
EDUARDO PEREIRA  
ELISA FERREIRA – Deputada do PE  
ELZA PAIS – Missão contra a Violência Doméstica  
EMANUEL JARDIM FERNANDES  
EMÍLIO RANGEL  
EMÍLIA NADAL  
ESPERANÇA CAETANO – Professora  
EURICO BRILHANTE DIAS – JS  
EURICO FIGUEIREDO  
EURÍDICE PEREIRA  
FÁTIMA LOPES – Director Regional Seg. Social Setúbal  
FÁTIMA ROQUE  
FAUSTO CORREIA – Eurodeputado  
FERNANDA PIRES DA SILVA  
FERNANDA RIBEIRO – Atleta  
FERNANDA ROLO  
FERNANDO ANDRADE – Desporto  
FERNANDO CARNEIRO – Jornalista (Alfredo Caldeira)  
FERNANDO CONDEÇO  
FERNANDO COUCELO – Engenheiro  
FERNANDO DACOSTA  
FERNANDO FREIRE DE SOUSA  
FERNANDO GONÇALVES – Jurista e gestor Seg. Social Leiria  
FERNANDO JORGE – Presidente As. Funx Judiciais  
FERNANDO LIMA – Empresário  
FERNANDO LOPES  
FERNANDO LUÍS SAMPAIO – Poeta  
FERNANDO NOBRE  
FERNANDO PEREIRA  
FERNANDO REINO – Diplomata  
FERNANDO RODRIGUES – Engenheiro  
FERNANDO ROSAS  
FERNANDO SACRAMENTO

FERNANDO SANTOS NEVES – Reitor Universidade Lusófona  
FIDÉLIO GUERREIRO  
FILIPA PAIS  
FILIPA SUBTIL – Professor Esc. Superior Comunicação Social  
FILIPE DUARTE SANTOS  
FILIPE GAMA – Vice-campeão europeu Bodyboard (Rui Pereira)  
DIOGO BERNARDO MONTEIRO – JS  
FRANCISCO COSTA – CGD  
FRANCISCO GARCIA SILVA – Cineasta  
FRANCISCO KNOPFLI – Diplomata  
FRANCISCO MACHADO  
FRANCISCO VALENTE – Empresário  
GABRIELA VENTURA – Jurista, Mota-Engil  
GERMANO DE SOUSA  
GLICÍNIA QUARTIM  
GONÇALO PEREIRA, Professor universitário  
GRAÇA COSTA  
GRAÇA LOBO  
GRAÇA MORAIS  
GUIDA MARIA  
GUILHERME LEITE  
GUILHERME VALENTE – Editor  
GUILHERMINA GOMES – Editora  
HELDER CASTANHEIRA – Universidade de Aveiro  
HELDER COSTA  
HELDER OLIVEIRA  
HELENA GUERRA – Fundação Álvaro Guerra  
HELENA MORÃO – JS  
HENRIQUE CAYATTE  
HENRIQUE NETO – Empresário  
HERLANDER ESTRELA – Empresário  
HORÁCIO CÉSAR  
HUMBERTO BERNARDO  
ILÍDIO PINHO  
ILÍDIO TRINDADE – Desporto  
INÉS FERREIRA LEITE – JS  
IRIS BRITO  
ISABEL DA NÓBREGA  
ISABEL GOMES MOTTA  
ISABEL LAHNO – Pintora  
ISABEL PATRÍCIO  
ISABEL TRIGO MIRA – Desporto



ISAURA GONÇALVES  
ISILDA PELICANO – Estilista  
JACINTO LUÍS  
JACINTO SERRÃO – PS Madeira  
JACINTO SIMÕES  
JAIME DOS SANTOS OURÔ  
JAMILA MADEIRA  
JOANA PICÃO RODRIGUES –  
Psicóloga  
JOANA SOLNADO

JOSÉ COUCEIRO – Treinador futebol  
JOSÉ DIAS – Designer  
JOSÉ EVANGELISTA – Desporto  
JOSÉ FONSECA E COSTA  
JOSÉ GOULÃO  
JOSÉ JORGE LETRIA  
JOSÉ LEMOS  
JOSÉ LOPES DA SILVA – Presidente  
CRUP; Reitor Univ. Técnica Lisboa  
JOSÉ LUÍS GARCIA – Investigador ICS

LUÍZ FRANCISCO REBELLO  
LURDES NORBERTO  
MADALENA CARVALHO  
MANUEL ALBERTO VALENTE – Editor  
MANUEL ANTÓNIO MADAMA –  
Professor e empresário  
MANUEL APARÍCIO  
MANUEL ARONS DE CARVALHO –  
Jornalista desportivo  
MANUEL BRITO – Desporto

MÁRIO GUIMARÃES – Desporto  
MÁRIO JORGE – Presidente Sindicato  
Médicos  
MÁRIO MESQUITA  
MÁRIO MONIZ BARRETO – Advogado  
MÁRIO MONIZ PEREIRA  
MÁRIO PAIVA – Desporto  
MÁRIO RAPOSO  
MÁRIO RUIVO  
MÁRIO WILSON

ROGÉRIO MOURA  
ROGÉRIO RODRIGUES  
ROSA LOBATO FARIA  
ROSA MARIA ALBERNAZ  
ROSA MOTA  
ROSA SILVA MARQUES DIAS –  
Agência Portuguesa Investimento  
ROSADO LUZ – Associação 25 Abril  
ROSALINA MACHADO  
RUI ALARCÃO



JOANA VASCONCELOS – Artista  
Plástico  
JOÃO ALVES – Arquitecto  
JOÃO BARATA – Empresário  
JOÃO BÉNARD DA COSTA  
JOÃO BENAVENTE – Desporto  
JOÃO BILHIM – Presidente Conselho  
Científico ISCSP  
JOÃO CAMPOS – Treinador Atletismo  
JOÃO CONTREIRAS – Jurista  
JOÃO CORREIA – Advogado  
JOÃO CRAVINHO – Deputado  
JOÃO CUTILEIRO  
JOÃO DIOGO NUNES BARATA  
JOÃO FERREIRA DO AMARAL  
JOÃO LIMA  
JOÃO LUÍS TRAÇA – Advogado  
JOÃO MACHADO – CAP  
JOÃO MENDES NOGUEIRA – Sindicato  
Professores Grande Lisboa  
JOÃO MOTA  
JOÃO NASCIMENTO – Pintor  
JOÃO NUNO MENDES  
JOÃO OLIVEIRA – Empresário  
JOÃO PAULO FERREIRA – Desporto  
JOÃO PIMENTA – Gestor  
JOÃO PROENÇA – UGT  
JOÃO RAMOS – Jurista  
JOÃO SOARES LOURO  
JOÃO VASCONCELOS – Gabinete PM  
JOAQUIM DE ALMEIDA  
JOAQUIM REIS  
JOAQUIM SABINO  
JORGE ARMINDO – Gestor  
JORGE BENTO – Desporto  
JORGE COROADO – Desporto  
JORGE P. COSTA – Administrador  
Hospital Sta. Maria  
JORGE QUINTA – Médico  
JORGE REBELLO ALMEIDA – Empresário  
JORGE REIS SÁ – Editor  
JOSÉ ABREU – Desporto  
JOSÉ ALMEIDA SERRA  
JOSÉ AMARAL  
JOSÉ ANTÓNIO PINTO RIBEIRO  
JOSÉ ARAÚJO – Desporto  
JOSÉ CARDOSO DA SILVA  
JOSÉ CARLOS MARTINS – Presidente  
Sindicato Enfermeiros Portugueses

JOSÉ MANUEL ALHO – Ambiente  
JOSÉ MANUEL ANDRADE  
JOSÉ MANUEL CAETANO – Presidente  
Fed. Port. Cicloturismo e da Conf.  
Defesa Ambiente  
JOSÉ MANUEL GALVÃO TELES  
JOSÉ MANUEL TORRES COUTO  
JOSÉ MARIA TALLON  
JOSÉ MEDEIROS FERREIRA  
JOSÉ MOTA  
JOSÉ NUNO MARTINS  
JOSÉ PEDRO VASCONCELOS – Actor  
JOSÉ PEDROSA  
JOSÉ PENEDOS  
JOSÉ RIBEIRO – Empresário  
JOSÉ RIBOLHOS – DG SONY  
JOSÉ SASPORTES  
JOSÉ SILVA LOPES  
JOSÉ VICENTE MOURA – Desporto  
JOSHUA RUAH  
JÚLIO CORRÊA MENDES  
JÚLIO ISIDRO  
JÚLIO POMAR  
KALIDÁS BARRETO  
KANTILAL JAMNADAS – Empresário  
LAGOA HENRIQUES  
LAURA SOBRAL  
LEONARDO MATHIAS – Diplomata  
LEONEL GOMES – Presidente  
Associação Moldes e Plásticos  
LEONOR PINHÃO  
LIBERTO CRUZ  
LUCINDA CALEIRA – Professor Ensino  
Secundário  
LUÍS ALELLIA  
LUÍS COSTA – Desporto  
LUÍS FILIPE MADEIRA  
LUÍS FONTOURA  
LUÍS HORTA – Desporto  
LUÍS JORGE – Desporto  
LUÍS NAZARÉ  
LUÍS OSÓRIO  
LUÍS REPRESAS  
LUÍS ROSEIRA  
LUÍS TADEU ALMEIDA – Professor  
catedrático  
LUÍS VASCONCELOS – Fotógrafo  
LUÍSA CUNHA RÉGO – Professor  
Instituto Camões

MANUEL CARGALEIRO  
MANUEL COSTA BRÁS – Militar  
MANUEL DAMÁSIO – Professor  
Universidade Lusófona  
MANUEL DELGADO  
MANUEL FERREIRA DE OLIVEIRA –  
Empresário  
MANUEL JOÃO ALVES – Director  
Hospital Egas Moniz Leiria  
MANUEL JOSÉ HOMEM DE MELLO  
MANUEL MARIA CARRILHO  
MANUEL MURTEIRA – Antiquário  
MANUEL PORTUGAL LAGE – JS  
MANUEL REIS – Lux  
MANUEL SALGADO – Arquitecto  
MANUEL SERRÃO – Empresário Porto  
MANUELA AGUIAR  
MANUELA ARCANJO  
MANUELA MACHADO – Desporto  
MANUELA MIRANDA SANTOS –  
Advogada  
MANUELA MORGADO  
MARCELO MONIZ – JS  
MARGARIDA MARANTE  
MARGARIDA MARTINS – ABRAÇO  
MARGARIDA PINTO CORREIA  
MARIA DO CARMO GALVÃO TELES  
MARIA DO CÉU GUERRA  
MARIA EMÍLIA DE MELO  
MARIA EMÍLIA MENDONÇA  
MARIA HELENA NAZARÉ – Reitora  
Universidade Aveiro  
MARIA HELENA VIEIRA DIAS – Professora  
MARIA JOÃO BOTELHO – Ambiente  
MARIA JOÃO SANDE LEMOS  
MARIA JOÃO SEIXAS  
MARIA JOSÉ CAPUCHO  
MARIA JOSÉ CONSTÂNCIO  
MARIA JOSÉ MIRANDA  
MARIA LEIRIA MENDONÇA  
MARIA LUÍSA CORREIA DA FONSECA  
– Linguista  
MARIA ROSÁRIO BOLEO – Secretária-  
geral adjunta da AR  
MARIA TERESA HORTA – Escritora  
MÁRIO CAMPOS – ex-jogador  
Académica  
MÁRIO DOMINSKY – Fantasporto  
MÁRIO FRANCO

MENEZES RODRIGUES – Desporto  
MIGUEL LARANJEIRO – Deputado  
MIGUEL MELO – Actor  
MIGUEL NOBRE FERREIRA – Desporto  
MIGUEL PRATA ROQUE – JS  
MIGUEL VIEIRA BATISTA – Designer  
MÓNICA CARVALHO  
NADIR BONNACORSO – Arquitecto  
NAZIM AHMAD – Fundação Aga Khan  
NÍDIA RAQUEL  
NORBERTO RODRIGUES – Desporto  
NORONHA DA COSTA  
NUNO GRACIANO  
NUNO LEITÃO – bi-campeão nacional  
de bodyboard  
NUNO SEVERIANO TEIXEIRA  
ODETE JOÃO – Professora e deputada  
ODETE SANTOS FERREIRA  
OLÍVIA VARELA  
ORLANDO AFONSO – Magistrado  
PACO BANDEIRA  
PADRE MARTINS JÚNIOR – Machico  
PAIVA DE CARVALHO – Professor  
universitário  
PAULA CRISTINA DE DEUS  
PAULA LOURENÇO – JS  
PAULO AFONSO – Ex-presidente  
Conselho Nacional Juventude  
PAULO BARRAL  
PAULO PENEDOS  
PEDRO BACELAR VASCONCELOS  
PEDRO CALDEIRA CABRAL  
PEDRO COELHO – Gestor  
PEDRO CORREIA – Jurista  
PEDRO DELGADO ALVES – JS  
PEDRO GUEDES DE OLIVEIRA –  
Professor Universitário Porto  
PEDRO LAURET – Associação 25 Abril  
PEDRO PEREIRA – Director Caixa Geral  
Depósitos  
PEDRO PORTUGAL  
RAFAEL JARDIM – Madeira  
RAUL CAPELA  
RAUL CAPELA – Gestor  
REGINA VIEIRA DE ALMEIDA  
REIS MARQUES – Ordem Médicos  
RENATA CUNHA  
RICARDO MEALHA – Designer  
RITA BLANCO

RUI BENZINHO – Presidente Adega  
Cooperativa Pombal  
RUI COIMBRA  
RUI MOREIRA – Associação Comercial  
Porto  
RUI NABEIRO – Empresário  
RUI OLIVEIRA  
RUI PENA  
RUI SUSANA – Instituto Juventude  
SÃO JOSÉ LAPA  
SÉRGIO CALHAU – Economista, KPMG  
SÉRGIO SOUSA PINTO  
SILVIA CHICÓ  
SILVIA RIZZO  
SOFIA FAVA  
SOFIA RAPOSO DE MAGALHÃES  
SÓNIA FERTUZINHOS – Deputada  
TAVARES GORDO  
TERESA BENTO – Empresária  
TERESA COUTINHO – Advogada  
TERESA GAGO – JS  
TERESA JANZ GUERRA – Empresária  
TERESA MIMOSO  
TERESA POMAR  
TITO LYON DE CASTRO – Editor  
TOMÁS CORREIA  
TOMÁS OLIVEIRA DIAS  
TOMÁS PAQUETE – Desporto  
TOMÁS BARRAL  
ULISSES GARRIDO – CGTP  
VARGAS CARDOSO – Desporto  
VASCO GERVÁSIO – ex-jogador  
Académica  
VASCO PINTO LEITE  
VASCO VALDEZ  
VASCO VIEIRA DE ALMEIDA  
VASCO WALLENCAMP  
VITOR CAMPOS – ex-jogador Académica  
VITOR FARIA – Advogado  
VITOR HUGO – Jornalista desportivo  
VITOR MANUEL – Treinador futebol  
VITOR MARTINS – Desporto  
VITOR MARTINS – ISEG  
VÍTOR MELICIAS  
VITOR PAVÃO DOS SANTOS  
VITOR SANTOS – Desporto  
VITOR SILVA – Desporto  
VITORINO – Cantor

## FESTA DO PS/MADEIRA

## REGABOFE DE JARDIM ESTÁ A CHEGAR AO FIM

Os 30 anos de poder laranja na Madeira estão "irremediavelmente a acabar", vaticinou o dirigente do PS José Lello, na "Festa da Liberdade" promovida pelos socialistas madeirenses, na Fonte do Bispo, concelho da Calheta.

José Lello esteve na festa socialista em representação do secretário-geral, José Sócrates, que não se deslocou à Madeira "por motivos de Estado", mas enviou uma mensagem de "apreço, solidariedade e camaradagem".

Perante mais de 20 mil pessoas, o dirigente nacional do PS afirmou que "o regabofe da governação do PSD por terras madeirenses" está a acabar.

"A coisa está a mudar, está a chegar a hora de uma mudança tranquila, serena e positiva para a Madeira", disse, acrescentando que, por isso, existe "angústia" nos "corredores do poder laranja".

Contudente, afirmou que Alberto João

Jardim "lá vai, de incontinência em incontinência, acenando com os fantasmas do costume — o perigo espanhol, a CIA, a Maçonaria, o Lisboa-Cascais, o dr. Balsemão, a II República e sei lá mais quais os inimigos".

"É um verdadeiro espectáculo de fim de festa em que se converteu o consulado laranja da Madeira", concluiu.

Na sua intervenção, o líder do PS-Madeira, Jacinto Serrão, apelou a todos os madeirenses e porto-santenses a serem exigentes com a Assembleia Legislativa e com o presidente do Governo Regional, para que este "seja um presidente educado e respeitador das regras mais elementares do Estado de direito e democrático".

Referindo que a vida política na região continua marcada pelo "medo", "discriminação", "represálias" e "ameaças", Serrão concluiu que "a democracia na Madeira está doente".



E reafirmou que o regime na Madeira "está ao serviço de interesses particulares que gravitam à mesa do Orçamento da região", já que, acusou, "os grandes negócios e obras públicas são feitos à medida da ambição dos políticos-empresários do PSD/Madeira".

Jacinto Serrão considerou ainda que a abertura do PS-Madeira à sociedade está a deixar o PSD local "à beira de um ataque de nervos", mas disse haver "remédio para tudo".

"Recomendo a todos os dirigentes do PSD-Madeira que tomem um chazinho de tília, à noite e de manhã, e deixem o povo decidir quem deverá ser a equipa que querem à frente das câmaras municipais", disse.

No início-festa do PS-Madeira intervieram ainda a líder da JS-Madeira, Célia Pessegueiro, e o presidente do Grupo Parlamentar dos socialistas na Assembleia Legislativa, Bernardo Martins.

## PS/SINTRA DESAFIA SEARA A DEIXAR COMENTÁRIOS FUTEBOLÍSTICOS

A Concelhia de Sintra do PS desafiou Fernando Seara a suspender até ao dia das eleições autárquicas, 9 de Outubro, a sua colaboração em órgãos de Comunicação Social, nomeadamente com a SIC Notícias, onde participa semanalmente no programa desportivo "Jogo falado" e onde se tem destacado por dizer com um ar professoral os mais estafados lugares-comuns sobre as peripécias do mundo do futebol.

"Numa altura em que toda a actividade política está centrada no próximo acto eleitoral, as constantes intervenções do candidato em programas desportivos dão-lhe uma visibilidade que manifestamente não tem para os habitantes do concelho", refere em comunicado a Concelhia do PS.

Os socialistas fazem ainda questão de sublinhar a diferente postura do candidato João Soares, marcada pela ética republicana e pelos valores democráticos, ao suspender a sua participação nos frente-a-frentes "Esquerda-Direita", na Sic Notícias, nos quais tinha presença regular.

## CARTA ABERTA AO LÍDER DO PSD

Exmo. Sr. Dr. Luís Marques Mendes,

Bem sei que os dias agitados que vivemos, para muitos, não são propícios à reflexão e muito menos a exercícios introspectivos ou a exames de consciência. Ainda assim, permita-me partilhar consigo, e com todos os portugueses, a minha leitura sobre as opções políticas que V. Exa., enquanto presidente do maior partido da oposição tomou na gestão do processo eleitoral autárquico, mormente no Concelho de Oeiras, onde sou autarca e me apresento como candidato a Presidente da Câmara Municipal pelo PS, nas eleições de Outubro.

Desde logo lhe digo que achei assaz estranhos os motivos e os fundamentos utilizados. Vir invocar razões de "transparência" e "credibilidade" para defender a solução "escolhida" é manifestamente insuficiente do ponto de vista da clareza que se exige de um líder partidário. É que o País tem de saber que V. Exa. foi, ao longo de oito anos, nos últimos dois mandatos, conivente e esteve o lado de Isaltino Morais, na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Oeiras.

Oeiras não pode esquecer que a candidata oficial do PSD, escolhida por V. Exa., foi primeiro vereadora. E no mandato que ora termina foi mesmo promovida a vice-presidente do "excomungado" presidente de Câmara e ex-ministro do Ambiente.

A propósito, quero recordar-lhe os alertas e os avisos oportunos e atempados do PS para práticas menos claras neste concelho. Nos quase 17 anos em que Isaltino Morais esteve à frente da Câmara Municipal de Oeiras, muitas foram as inspeções que foram pedidas ao IGAT (Inspeção Geral da Administração do Território) ou mesmo à IGF (Inspeção Geral de Finanças), pelas diversas forças políticas da oposição. Nem todas se consumaram, é verdade. Mas das que se efectuaram, quase nunca o seu resultado foi levado ao conhecimento efectivo e documental dos reclamantes. Situação que V. Exa. deveria ter garantido, como presidente da Assembleia Municipal.

Posso até nem achar relevante ou importante que alguns dos senhores inspectores que realizaram estas fiscalizações, tenham mais tarde trabalhado para a Câmara de Oeiras, directa ou indirectamente, na gestão do mesmo presidente. Contudo, o último relatório do IGAT ou mesmo os resultados de uma recente auditoria à atribuição de habitação social em Oeiras, solicitada pelo Partido Socialista, revelavam algumas incorrecções gravosas e atentatórias do princípio de transparência, cujo respeito julgamos dever acompanhar todos os actos da administração pública. Isto para não mencionar os esquemas de permutas de duvidosa legalidade, nem no "famoso" acordo com a Teixeira Duarte para a construção do SATUQ, sem concurso público, apesar dos milhões de contos envolvidos no projecto.

Será que o seu "record" de ausências, enquanto presidente da Assembleia Municipal de Oeiras, poderá justificar o desconhecimento desta realidade, durante os anos em que co-habitou harmoniosamente e em absoluta cumplicidade política com Isaltino Morais?

Não devia ter sido V. Exa., efectivamente, o atento e actante presidente do órgão fiscalizador da Câmara? Não devia ter pugnado por essa fiscalização quando o seu partido tinha a maioria absoluta na Assembleia Municipal?

Não é possível escamotear esta realidade.

Assim como a candidata que V. Exa. escolheu, ambos têm responsabilidades políticas que não podem renegar ou iludir. Esta é, inequivocamente, uma questão moral e ética, da qual não se podem furtar. De facto é uma questão de exemplos a não seguir!

É pois, por isto mesmo, que é fundamental transparência na gestão e uma lufada de "ar fresco" no concelho de Oeiras que o PSD, para além das pessoas, não pode garantir. Quem vive neste concelho já sabe que a escolha será entre o desnorte do partido a que preside, profundamente dividido nas suas guerras e querelas internas em Oeiras, e por outro lado, o rumo seguro e estável de um projecto consistente e inovador protagonizado pelo PS unido, que pensa primeiro nas pessoas, na sua qualidade de vida e no seu bem-estar. Oeiras precisa de mudança. Uma Mudança Tranquila!

Por fim, no momento em que deixa o concelho nas circunstâncias que V. Exa. o faz, quero fazer-lhe um pedido veemente:

Que com a maior brevidade esclareça os Oeirenses e torne públicas as situações de falta de "transparência" e "credibilidade" que o levaram agora a não apoiar o Dr. Isaltino Morais, como bem o poderia ter feito já no anterior mandato. Aliás, apenas quatro meses de exercício não poderão ser suficientemente reveladores para que V. Exa., e todos os demais então apoiantes, ora arredios, se tenham cansado de "isaltinar".

A bem da transparência e dos valores que V. Exa. não se cansa de dizer que pratica, é claro, e que eu como Português amante do sistema democrático quero, sinceramente, acreditar!

Com os melhores cumprimentos,

**EMANUEL MARTINS**

Candidato do PS à Câmara Municipal de Oeiras



**EMANUEL MARTINS**





ENTREVISTA A ANTÓNIO MAGALHÃES, CANDIDATO A GUIMARÃES

# ELEVAR O PATAMAR DE QUALIDADE DE VIDA

*O socialista António Magalhães preside ao município de Guimarães há 16 anos e acaba de recandidatar-se para um novo mandato. Depois de conquistar quatro maiorias absolutas consecutivas, continua a sentir o inequívoco apoio dos vimaranenses. Num momento particularmente importante, para o concelho e para o país, faz da inovação e do desenvolvimento contínuo a sua base estratégica para o futuro da cidade-berço.*

## Que motivações estão na base da sua recandidatura?

A motivação maior é ainda gostar do trabalho que estou a fazer. Reconheço que se percorreu um caminho, que se conseguiu, para o concelho, um conjunto de realizações e que se cumpriram muitos dos objectivos em prol da comunidade, mas existe um conjunto de preocupações por parte dos cidadãos que me motivam para mais um mandato.

## E que preocupações são essas e quais os planos que tem para lhes dar resposta?

As grandes infra-estruturas do concelho, salvo algumas situações pontuais, estão conseguidas. Agora, precisamos ter uma atenção especial em aspectos de pormenor que, de algum modo, requalificam e dão qualidade de vida aos cidadãos. Precisamos realizar novos investimentos ao nível das acessibilidades internas, sobretudo na ligação às vilas. Queremos, também, uma cidade voltada mais para o futuro. Há todo um trabalho de estreita colaboração com a Universidade do Minho, Sociedade Martins Sarmento, o AvePark e as empresas da região que é necessário desenvolver, no sentido de uma cooperação mais plural.

## Nesse quadro, o AvePark surge como uma peça fundamental?

O Aveparque é o sinal claro de que estrategicamente sabemos o que queremos e assumimos essa responsabilidade para lhe dar continuidade. Estou convencido de que, com o apoio destas entidades, que estão no terreno ao nível do conhecimento e da inovação, se complementará o esforço que a Câmara quer fazer sobre esta matéria.

## E qual é o objectivo desse projecto?

É tomar consciência de que, no futuro, aquilo que foi a mão-de-obra da indústria têxtil, do vestuário e calçado, exige reconversões alternativas. Há várias ideias e projectos em estudo, alguns já numa fase avançada, como, por exemplo, o projecto que pretende afirmar Guimarães como um Centro Nacional dos Dispositivos Médicos. Alguma da nossa indústria pode ser adaptada a médio prazo para um conjunto de serviços que correspondam aquilo que serão as inovações tecnológicas na área da saúde, e isso consegue-se com um

projecto destes. Estamos empenhados nesta ideia e queremos implementá-la em colaboração com as entidades que referi.

## A questão do desemprego continua a ser uma prioridade na sua agenda política. Como vê a situação tendo em conta a relevância que o concelho de Guimarães assume no contexto social e geográfico do Vale do Ave?

O problema do desemprego, a montante e a jusante do têxtil, está a bater muitas portas. A preocupação de fundo é ter consciência de que há uma franja deste desemprego que não tem, em função do seu escalão etário e formação, capacidade para se reestruturar. Para essas pessoas, nós temos que exigir, do Governo, uma almofada social. Existe em nós a consciência de que isto não é fácil, conhecemos a dimensão do problema, mas eu penso que só assim teremos resposta adequada.

A emigração de mão-de-obra, nomeadamente no sector da construção civil da Galiza, também nos preocupa. Não há obras públicas ou privadas de dimensão, e isso vai reflectir-se numa componente que, do ponto de vista económico e em circunstâncias de dinâmica de investimento, é geradora de muitos postos de trabalho. Cessando, tem um



impacto muito negativo na vida do próprio concelho

## Que balanço efectua a estes 16 anos como presidente da Câmara Municipal de Guimarães, tendo em conta o concelho que encontrou quando chegou àquele que hoje existe?

Toda a gente tem consciência que houve uma grande mudança. O ritmo da inovação e do investimento municipal entrou na rotina das freguesias. Quando cheguei, encontrei um concelho com imensas dificuldades, muito degradado e numa situação financeiramente complexa. Guimarães estava parada no tempo. Como as maiorias não foram conseguidas pelo poder autárquico democrático, houve uma paragem de cerca de 10 anos. Nós conseguimos dar o salto. E colocámos o concelho a salvo de erros cometidos e fora do atraso. Demos passos muito importantes e funda-

mentais que transformaram Guimarães na cidade de média dimensão que hoje ocupa um lugar de relevância no contexto nacional.

## Considerando o número de independentes com perfil técnico integrados nas listas, que critérios presidiram à escolha da equipa que o vai acompanhar nas próximas eleições autárquicas com vista à constituição de um novo Executivo?

Na minha opinião, o PS deve ser um partido reformador: na sociedade, mas também no seu próprio seio. Podíamos continuar com a mesma equipa, mas era um erro. É fundamental injectar sangue novo e pensar na sequência que há para fazer. O objectivo foi o de renovar sem perder a qualidade daquele que tem sido o trabalho realizado até aqui. A nossa estratégia foi no sentido de reunir as melhores pessoas e conjugar

experiência política com capacidade técnica.

As circunstâncias exigiram de nós que disséssemos ao partido que íamos bater à porta dos independentes. Foi o que fizemos.

Constituímos uma equipa de independentes e gente nova que permitirão proceder à renovação com qualidade e tendo em conta os interesses do concelho.

Compreendo as expectativas dos militantes do PS, talvez legítimas, mas a nossa aposta tem de passar pelo reforço do conhecimento técnico de certas matérias fundamentais.

## Do ponto de vista dos resultados eleitorais, tendo em conta as suas quatro maiorias absolutas, quais são as suas expectativas para as próximas eleições autárquicas?

Vamos continuar a trabalhar nos mesmos moldes. Nos dois últimos mandatos, o PS pagou a factura dos governos nacionais. Eu costumo dizer que é mais benéfico partir para eleições autárquicas quando o Governo que está no poder não é o do nosso partido.

Nas actuais circunstâncias, num país como o nosso, com dificuldades sérias, o Governo central tem que tomar decisões difíceis. Nesse sentido, podemos ser penalizados em alguns pontos percentuais, mas tendo em consideração o actual cenário, estamos convencidos de que os vimaranenses reconhecerão o trabalho que realizamos pelo engrandecimento do concelho e pela melhoria da qualidade de vida para todos e que vão votar no nosso projecto. A vitória será boa, a maioria absoluta será muito boa e a eleição do sétimo vereador é excepcional. Estou convencido de que vamos conseguir.

Acredito que, com mais um mandato, salvo a questão do emprego, vamos alcançar um patamar de qualidade de vida único em cidades médias no nosso país.



Com António Magalhães, Guimarães deu o salto e é hoje uma cidade relevante no contexto nacional

## CARRILHO ALERTA

## SÓ O VOTO NO PS GARANTE A MUDANÇA

Uma "dispersão imprudente" de votos na capital contribuirá para "entregar o poder à direita". Este é o alerta lançado por Manuel Maria Carrilho que, no sábado dia 3, apelou ao voto útil dos lisboetas no PS.

Na sessão de encerramento da convenção "Lisboa, capital de futuro", uma iniciativa da candidatura socialista à autarquia alfacinha, Carrilho explicou claramente, perante largas centenas de pessoas que se reuniram sob a pala do Pavilhão de Portugal, que "todos os votos" nos partidos de esquerda do PS "favorecem a manutenção do actual estado de coisas".

"Somos a única candidatura com que a esquerda pode voltar a governar Lisboa", defendeu.

Argumentando que "o sentido do voto é na continuidade ou na mudança", o candidato socialista à liderança do Executivo lisboeta sublinhou que "só serão eficazes os votos que contribuírem para escolher um candidato que corte com o passado" e isso, assegurou, "só a nossa candidatura está em condições de garantir".

Depois de vincar que na corrida à presidência da Câmara não tem "adversários à esquerda", o candidato socialista declarou que se resultar vencedor no sufrágio de 9 de Outubro, ao longo dos próximos quatro anos, "toda a esquerda terá um papel a desempenhar no processo de mudança".

E para demonstrar que a viragem de página é urgente e necessária, Carrilho não hesitou



em apontar para a actual Lisboa como "uma cidade descrente e bloqueada" em consequência dos "anos negros de desorientação do Executivo, da irresponsabilidade dos seus principais agentes" e do "vaivém irresponsável entre o populismo incompetente de Santana Lopes e a tecnocracia sem rumo de Carmona Rodrigues".

Este último, em particular, "tem-se revelado como o político das negociatas, que oferece empregos em empresas municipais em troca de apoios, situando-se no limiar da corrupção política", voltou a denunciar Manuel Maria Carrilho, acusando o seu principal adversário de se ter revelado "um político agarrado ao poder", que "só no

fim do mandato começa a arregaçar as mangas".

Na convenção destinada a marcar a entrada na "fase decisiva da campanha", o candidato do PS apresentou depois algumas das "medidas simples, concretas, mas de grande alcance", que os socialistas se comprometem a concretizar caso vençam as eleições autárquicas: videovigilância nas zonas perigosas da cidade, "um jardim em cada bairro", estacionamento para residentes, e "escolas primárias exemplares".

#### Capital voltará a ser socialista

Antes de Carrilho, a candidata do PS à

presidência da Assembleia Municipal de Lisboa, Maria de Belém, acusou o Executivo camarário presidido por Santana Lopes de ter gerido a cidade "como uma operação plástica".

"Puxam, puxam e não dão beleza à cidade", ironizou.

Numa alusão aos mais recentes *outdoors* da candidatura laranja, Maria de Belém defendeu que "dar a cara não é apenas aparecer num cartaz".

Já o dirigente do PS António Vitorino foi categórico ao transmitir a convicção do líder do partido, José Sócrates, e da sua direcção nacional de que Lisboa "vai voltar a ser socialista" nas eleições de Outubro. Na abertura da convenção, o ex-comissário

européu defendeu ainda que a capital precisa de "alguém que saiba interpretar a alma da cidade" e não de alguém "que saiba calcular a distância entre dois pilares de uma ponte" – numa alusão crítica a Carmona Rodrigues.

Na sua intervenção, o dirigente socialista defendeu ainda a necessidade de Lisboa constituir "um farol de modernidade" em relação ao resto do país.

Ao palco, onde se sentaram Carrilho e os restantes intervenientes na convenção, subiu também o líder do PS/Lisboa, Miguel Coelho, que acusou ambos rostos da administração autárquica do PSD de tudo terem feito para destruir o trabalho do executivo de coligação liderado pelo PS, que os antecedeu.

Sob a pala do Pavilhão de Portugal diversas personalidades debateram ainda, ao longo de sete painéis, temas como "Política das cidades e qualidade de vida", "Urbanismo do século XXI: mobilidade e reconquista do espaço público", "Mais solidariedade. Mais feliz idade", "Modernização administrativa e segurança", "Educação, colectividade e bairros", "Juventude e cultura" e "Lisboa, capital do futuro".

A iniciativa do candidato socialista contou igualmente com testemunhos de presidentes de câmara de algumas das principais cidades europeias, entre os quais Bertrand Delanoë (Paris) e Joan Clos i Matheu (Barcelona), bem como do ministro da Cultura do Brasil, Gilberto Gil.

MR

## CAMPANHA A TODA A FORÇA

Na altura que a grande maioria dos portugueses aproveita para fazer uma pausa de descanso e desfrutar do Verão, o candidato socialista à presidência da Câmara de Lisboa não foi de férias, antes continuou a sua campanha eleitoral que espelha bem o sentido de responsabilidade e de entrega à causa pública com que Manuel Maria Carrilho assume a missão de "mudar Lisboa".

Agosto foi, pois, um mês recheado de iniciativas, de contactos com as pessoas e realidades, de reafirmação de objectivos e metodologias.

Carrilho visitou obras públicas que, sendo prioritárias, ainda permanecem por concluir. Também se reuniu com trabalhadores municipais, passeou pela baixa da capital, altura que aproveitou para apresentar as grandes propostas programáticas do projecto que lidera na área do urbanismo da cidade, prometendo neste âmbito, limpar em três meses os passeios da cidade de estaleiros de obras.

Já no começo deste mês de incansável actividade, Manuel Maria Carrilho inaugurou o "Espaço Jovem" na sede da sua candidatura e poucas semanas depois apresentou as propostas que tem para a população jovem que reside na capital (*ver caixa*).

A divulgação de um projecto concreto de recuperação e reabilitação da zona ribeirinha, o contacto com os comerciantes da Av. Almirante Reis e

com os polícias municipais, bombeiros e agentes de protecção civil marcaram também a agenda de Carrilho, que dedicou o dia 11 de Agosto à segurança, avançando com as linhas orientadoras do seu programa nesta matéria vital para a qualidade de vida dos lisboetas.

Visitas a instalações desportivas e de apoio à terceira idade serviram não só para viver de perto alguns dos problemas destes sectores, mas também e sobretudo para apresentar ideias e soluções concretas.

Na sua deslocação ao projecto

imobiliário do Clube de Futebol "Os Belenenses", Carrilho garantiu o "empenhamento" da sua candidatura e do seu futuro executivo, no "aprofundamento de todas as dimensões desportivas da cidade".

Na sua deslocação aos bairros da

Liberdade e da Serafina, insurgiu-se contra a anunciada demolição do primeiro, defendendo alternativas de viabilização e melhoramento do mesmo. Agosto foi também tempo para denúncias. Manuel Maria Carrilho acusou directamente o seu adversário político, Carmona Rodrigues, de tentar comprar apoios para a sua candidatura, ao oferecer em troca lugares nas empresas municipais.

A propósito do "escândalo grave da EMEL", Carrilho pediu explicações e apontou a o dedo ao executivo lisboeta (PSD) por ter privatizado o estacionamento em Lisboa "por seis anos e em absoluto sigilo".

De volta às propostas concretas para Lisboa, Carrilho apresentou no final do mês o seu plano para a reorganização administrativa da autarquia, o qual prevê que as 53 juntas de freguesia sejam agregadas em seis distritos urbanos, cada um deles liderados por um vereador. O objectivo, afirmou então, é "inverter a actual situação da Câmara, que tem uma estrutura opaca", e torná-la mais acessível aos munícipes.

Na mesma ocasião, Carrilho aproveitou para propor, em matéria de qualificação dos funcionários da câmara, a criação de uma "académia de e-learning" por forma a acelerar a formação em áreas críticas, utilizando as novas tecnologias.

MARIA RODRIGUES

## NOVOS COMPROMISSOS POR LISBOA

### Com os idosos:

- Mais segurança: Incremento ao programa Idosos em segurança; colocar a Polícia Municipal a efectuar policiamento de proximidade, apoiar a instalação generalizada do telearme
- Mais Apoio Social: Apostar na criação de Centros de Dia, incentivar a prestação de cuidados médicos domiciliários, implementar a Oficina do Idoso em toda a cidade, criar apoio domiciliário integrado, criar o Táxi Social Gratuito
- Combater a solidão: Criação de programas intergeracionais, implementar mecanismos de apoio à Universidade da Terceira Idade, fomentar a prática do exercício físico

### Com os jovens:

- Emprego: Implementação do "Programa de Requalificação Profissional"; Escolas de Formação profissional nos Bairros Municipais; criação do "Gabinete Municipal de Saídas Profissionais"; lançamento da "Feira de Emprego Anual".
- Habitação - Projecto "Lisboa Atrai": Incentivos fiscais para senhorios e inquilinos nos processos de recuperação de imóveis para jovens; promoção de um protocolo com as organizações de Cooperativas de Habitação, como incentivo à Reabilitação e Construção de casas para jovens; fomentar o parque habitacional de arrendamento para jovens;

relançamento em novos moldes do programa EPUL Jovem.

- Qualificação (Educação/Ensino): Criação de uma Rede Municipal de Espaços Jovens (4) e de uma Rede Municipal de Residências Universitárias; lançamento do Passe Juventude Lisboa (condições especiais para jovens, no acesso à cultura, desporto e transportes públicos).

### Com a segurança de pessoas:

- Implementar a videovigilância em zonas críticas (como por exemplo o Intendente, a Ameixoeira e o Bairro Alto)
- Reorientar a acção operacional da Polícia Municipal de modo a afectar a sua acção ao reforço do Policiamento de Proximidade nomeadamente, em articulação com a PSP, no que diz respeito aos Programas Idosos em Segurança, Escola Segura e Comércio Seguro
- Concretizar a construção de esquadras de proximidade a afectar à PSP e/ou à Polícia Municipal nos seguintes locais: Rua das Açúenas (Ajuda), Rua Alfredo Bensaúde (Olivais), Ameixoeira - Bairro PER, Bairro da Quinta da Bela Flor (Campolide) e Alto do Lumiar
- Criar mecanismos de integração dos idosos no apoio ao Programa Escola Segura (como por exemplo no auxílio ao atravessamento de passadeiras).

MR



## PORTO

# ASSIS CONFIANTE NA VITÓRIA DA MUDANÇA

*A maioria dos portuenses percebeu que chegou a hora de mudar. Esta a convicção de Francisco Assis, que tem mantido desde há um mês um vasto conjunto de contactos com a população e as forças vivas da Cidade Invicta, no âmbito da sua pré-campanha para a presidência da Câmara do Porto, em que tem apresentado soluções creíveis e inovadoras nos sectores da habitação, saúde, ambiente e qualidade de vida.*



"Há pouco mais de um mês diziam que estávamos derrotados. Não desistimos, falámos com as pessoas e estivemos atentos às suas sugestões. Hoje os portuenses olham para o PS com esperança e daqui a um mês ver-nos-ão como vencedores", afirmou Francisco Assis, num comício com os moradores do Bairro de S. Tomé, o terceiro deste tipo que a candidatura socialista tem vindo a promover em diversos bairros do Porto. No âmbito da pré-campanha, Assis visitou também as ilhas das Eirinhas e da Quinta do Gama, no Bonfim, onde os esgotos correm a céu aberto e cerca de 50 famílias vivem em condições sub-humanas, aguardando há anos por uma solução da autarquia. Perante este cenário terceiro-mundista, o candidato do PS criticou a "ineficácia" de Rui Rio à frente da Câmara, lembrando, a propósito, que o anterior Executivo socialista tinha já começado a demolir a casa e a realojar famílias no âmbito do PER.

Reiterou a sua vontade de, caso seja eleito, exigir a intervenção da administração Central na resolução do problema da habitação no Porto, já que "as carências são demasiado grandes para que possam ser suportadas unicamente pelo orçamento da Câmara". O candidato do PS avançou ainda com um novo conceito para as intervenções da autarquia nas ilhas. "Reabilitando as residências e diminuindo-lhes a densidade populacional, podemos criar em algumas ilhas novos focos de habitação que possam atrair até população de fora, como os estudantes de passagem pelo Porto", explicou.

Por outro lado, também as questões da saúde têm marcado a pré-campanha de Francisco Assis, que apresentou uma proposta para resolver a falta de condições do Centro de Saúde do Carvalhido, comprometendo-se a criar políticas municipais de saúde.

## Pelouro da Saúde na Câmara

Ilustrando o trabalho que uma Câmara Municipal pode realizar na área da saúde, o candidato socialista apresentou uma proposta para a construção de um novo Centro de Saúde em Ramalde, que substituiria a Unidade de Saúde do Carvalhido, instalada num prédio urbano sem condições para acolher de forma

condigna os seus mais de 21 mil utentes. Em visita às instalações do Centro de saúde do Carvalhido, Assis propôs que a autarquia disponibilizasse ao Ministério da Saúde um terreno municipal existente na Rua Central de Francos para a construção da nova unidade de saúde, servindo assim os interesses dos munícipes portuenses.

"A solução é fazer uma permuta desse terreno com os terrenos da Quinta do Covelo que são propriedade do Ministério da Saúde", acrescentou.

"O Estado tem obrigação de dotar a cidade de instalações condignas ao nível dos cuidados de saúde primários", mas, frisou Francisco Assis, "a autarquia tem também a responsabilidade de procurar estabelecer parcerias com o Estado e instituições do sector que operam na cidade".

Manifestando a sua intenção de recolocar a saúde no centro das políticas da autarquia, Assis comprometeu-se a criar um pelouro especificamente voltado para a Saúde, sob a responsabilidade do número dois da lista do PS, o médico Manuel Pizarro.

Entretanto, ainda na área da saúde, o candidato socialista apelou a uma "união de esforços" com as outras forças políticas, em defesa do lançamento na cidade de um Centro Materno-Infantil ou equipamento similar.

"Esta é uma questão em que se justifica uma união de esforços de todas as forças políticas. E se o ainda presidente da Câmara se bater por isso, estarei com ele", afirmou Assis, sem deixar de criticar a "passividade" que Rui Rio manifestou, no passado recente, relativamente a este processo.

Também o ambiente está no centro das políticas de Assis para o Porto, que apresentou um dos seus compromissos nesta área: a criação de um grande espaço verde no local do Parque de Campismo da Prelada. Naquela zona de grande concentração residencial, mas com grande falta de espaços verdes, o candidato do PS propõe-se criar um parque de 15 hectares que se estenderá pelos dois lados da VCI, através de uma ligação pedonal sob aquela estrutura rodoviária. Trata-se de um projecto inserido nos Compromissos para o Ambiente em um prazo de execução de dois anos e um investimento global de 2,8

milhões de euros.

Assis defende que o parque de campismo deverá ser deslocado para um dos concelhos limítrofes do Porto, para assim libertar o espaço que, na sua opinião, "não é o mais indicado" para um parque de campismo.

## Dinamizar a baixa

Também os comerciantes têm sido alvo da atenção de Francisco Assis, que desafiou o actual presidente da Câmara a explicar onde estão os cinco milhões de euros que o Grupo Amorim se tinha comprometido há três anos a dar aos comerciantes da cidade, como contrapartida pela instalação de um novo centro comercial nas Antas.

Três anos depois, o candidato do PS desafia Rui Rio a dizer publicamente se o dinheiro foi gasto ou não.

"Se não foi gasto, queremos saber porquê. Se foi gasto, é preciso saber onde", afirmou Assis, que falava à margem de um conjunto de contactos com comerciantes e proprietários de lojas tradicionais da Baixa do Porto, junto dos quais prometeu criar, caso seja eleito, um gabinete de gestão vocacionado para a dinamização daquela zona da cidade.

Entretanto, no âmbito das ideias inovadoras que tem apresentado para o Porto, visando criar uma nova energia e dinâmica para uma cidade adormecida há quatro anos, o candidato do PS comprometeu-se a construir um centro de estudo e de lazer — Pólo Zero — da Universidade na Baixa da cidade, aberto 24 horas por dia.

Esse pólo, em que funcionaria uma biblioteca, um espaço informático e uma zona de lazer, teria uma dupla função cultural e lúdica, com o objectivo de voltar a atrair para o centro da cidade a população estudantil, referiu Francisco Assis, durante uma reunião com a Federação Académica do Porto.

O candidato do PS defendeu ainda a criação de um Andante (título de transporte intermodal) a preços mais baixos para estudantes, assim como a criação de residências universitárias e habitações para estudantes na zona histórica.

## OPINIÃO

## AS LISTAS INDEPENDENTES

*O período eleitoral que presentemente vivemos, com a eleição dos órgãos das autarquias locais marcadas para o próximo dia 9 de Outubro e com o respectivo processo de candidaturas e de preparação da campanha eleitoral em plena azáfama, são propícios para esta reflexão, pela sua actualidade e pela sua relevância política.*



**LUÍS PITA AMEIXA**  
ameixa@ps.parlamento.pt

É, talvez, boa altura para fazer uma apreciação política às candidaturas autárquicas promovidas fora dos Partidos políticos, em particular para os órgãos da autarquia municipal, permitidas após a Lei Eleitoral de 2001, que inovou, neste sentido, ao abrigo do novo texto constitucional, saído da revisão de 1997 e que passou, assim, a acompanhar o regime já anteriormente vigente para as freguesias.

O período eleitoral que presentemente vivemos, com a eleição dos órgãos das autarquias locais marcadas para o próximo dia 9 de Outubro e com o respectivo processo de candidaturas e de preparação da campanha eleitoral

em plena azáfama, são propícios para esta reflexão, pela sua actualidade e pela sua relevância política.

Uma primeira constatação que se deverá tirar é a de que esta faculdade política não tem tido uma grande adesão no país. Talvez ao contrário do que alguns esperavam.

Nas eleições pretéritas, de Dezembro de 2001, as candidaturas às câmaras municipais, promovidas por grupos de cidadãos eleitores, no conjunto do país, não lograram obter mais de cerca de 84 mil votos, 1,6 por cento do total.

São mais os candidatos incluídos nas listas dos Partidos políticos, a título de independentes, incomparavelmente mais, do que os candidatos que se apresentam sob siglas independentes.

Conclua-se que os cidadãos continuam a acreditar nos Partidos políticos, por muito que isso custe a algumas pessoas.

No actual processo eleitoral, a este respeito de candidaturas de listas independentes, o que nós podemos constatar é que este ano é rico em nos levar a perceber que este mecanismo legal está a ser usado para se apresentarem às eleições todos aqueles a quem os Partidos políticos não deram a confiança para integrarem as suas listas.

Ora, ou descortinamos interesses pessoais, que não têm por trás nenhum projecto consistente de política local ou, em muitos casos, trata-se pessoas que praticaram actos suspeitos de lesarem o interesse público, violarem a lei e infamarem a democracia.

Por isso estão a braços com a Justiça. Também por isso, e muito bem, os Partidos políticos, resolveram substituí-los por outros candidatos.

Ora, num apelo populista despidorado, essas pessoas lançaram-se em candidaturas de listas independentes servindo-se, exactamente, da lei em vigor sobre a matéria.

Parece, então, que podemos concluir que as candidaturas autárquicas independentes têm tido pouca adesão e que as existentes são um resíduo que resulta sobretudo de interesses pessoais inconsistentes ou do desespero de alguns arguidos em processos penais.

Podemos também concluir que a representação política local e o trabalho autárquico que tem sido desempenhado pelos Partidos políticos, ao longo de mais de um quarto de século de poder local democrático, satisfaz, em regra, as populações.

Porém, as apreciações acima expressas em nada devem pôr em causa esta faculdade de patrocínio eleitoral por grupos de cidadãos. Pelo contrário, devemos defendê-la pois, no nosso contexto político, constitui uma válvula do sistema político-eleitoral que só a este beneficia e porque a participação cidadã na vida cívica e política deve ser sempre estimulada por todos os meios, constituindo um designio político socialista de aprofundamento da democracia.

Agora, o que talvez deva ser repensado é o sistema de incapacidades eleitorais (a todos os níveis) no sentido de defender melhor a imagem impoluta da democracia e a nobreza da política.

**VALONGO****MARIA JOSÉ AZEVEDO QUER RECINTOS DESPORTIVOS EM TODAS AS URBANIZAÇÕES**

A criação de um recanto para a prática do desporto em todas as zonas habitacionais do concelho é uma das prioridades da candidata socialista à Câmara Municipal de Valongo, Maria José Azevedo.

“Serão pequenos recantos desportivos informais de diferentes áreas”, disse a candidata do PS, explicando que “mais exequíveis, por menos onerosos, estes recantos poderão ser rapidamente implantados”.

No entanto, adiantou que o objectivo, mais ambicioso, é criar, no prazo de cinco anos, um parque desportivo em cada freguesia.

“Há alguns meses que venho auscultando as preocupações da população do concelho, e a falta de infra-estruturas desportivas é gritante. Cada parque terá sempre um campo de relva sintética para a prática de futebol de onze e um ou mais campos para a prática de outras modalidades”, afirmou Maria José Azevedo.

A candidata do PS pretende também criar diversos trilhos pedestres, onde os cidadãos possam caminhar com todas as condições de segurança.

**PRAIA DA VITÓRIA****ROBERTO MONTEIRO APRESENTA PROJECTO GLOBAL DE ACÇÃO SOCIAL**

A criação de uma empresa municipal de Acção Social para auxiliar os mais carenciados, doentes e desempregados é um dos compromissos avançados pelo candidato do PS/Açores à Câmara da Praia da Vitória, Terceira, Roberto Monteiro. Em conferência de Imprensa, no dia 29 de Agosto, onde apresentou este projecto de grande impacto social, Roberto Monteiro adiantou que a empresa municipal terá como parceira uma empresa privada do continente, mas o capital será maioritariamente autárquico.

Segundo o candidato socialista, a futura empresa municipal vai contar também com a colaboração do Governo Regional, Santa Casa da Misericórdia e seis outras empresas privadas que já garantiram financiar o projecto.

Os custos de funcionamento, de acordo



com o candidato socialista, estão estimados em cerca de 70 mil euros anuais, excluindo os gastos com pessoal. Roberto Monteiro explicou ainda que as empresas cooperantes com a empresa municipal de acção social terão acesso aos incentivos

fiscais previstos na lei do mecenato.

O projecto de acção social para o concelho prevê ainda a criação de uma Rede Integrada de Voluntários do Concelho, apoiados pela igreja e cidadãos que queiram aderir.

Em cooperação com o Governo Regional dos Açores, Roberto Monteiro tem ainda planeado construir um centro social no bairro de Santa Rita e Serra de Santiago e efectuar a reconversão do bairro Joaquim Alves, que tem um elevado índice de habitações degradadas.

O projecto global de acção social dos socialistas tem como objectivos a construção de habitação social, apoios à infância e aos idosos mais carenciados, apoio ao tratamento de doentes com sida e aos toxicodependentes e reinserção social de desempregados.

**PONTA DELGADA****JOSÉ SAN-BENTO ACUSA CÂMARA DE ESQUECER FREGUESIAS RURAIS**

A actual maioria laranja na Câmara de Ponta Delgada tem vindo a “concentrar” investimentos na cidade, reduzindo-os nas freguesias rurais a “uma fábrica de espectáculos”. A acusação foi feita pelo candidato do PS/Açores à autarquia, José San-Bento.

O candidato socialista, que está a visitar todas as freguesias do concelho, no âmbito da sua pré-campanha, afirmou que as freguesias mais afastadas de Ponta Delgada “estão votadas ao abandono”, porque “não foram consideradas” as acções necessárias para “estender o desenvolvimento a esses locais mais distantes do centro”.

“Nas freguesias rurais que já visitámos, e através de um contacto porta-a-porta,



temos sido confrontados com um conjunto muito vasto de oportunidades perdidas”, disse José San-Bento, acusando o actual elenco camarário de

“não ter investido”, por exemplo, em “equipamentos sociais para os idosos e crianças e em habitação”.

O candidato recordou ainda que por via da “melhoria das acessibilidades”, estas freguesias rurais funcionam como “um dormitório” da cidade de Ponta Delgada, pelo que “é preciso apostar numa nova política que permita outro padrão de qualidade de vida das pessoas”, com a construção de “mais equipamentos sociais de apoio às famílias”.

Nesse sentido, José San-Bento defendeu a necessidade de “articular políticas” que permitam criar “oportunidades de emprego” nas zonas rurais e encontrar formas de fixar as populações nestes locais.

**BARCELOS****HORÁCIO BARRA APOSTA NA ECONOMIA E EDUCAÇÃO**

Aumentar a qualidade de vida dos barcelenses com base num projecto que elege como prioridades a economia e educação são as bases em que assenta a candidatura de Horácio Barra à presidência da Câmara Municipal de Barcelos.

Falando na apresentação da sua candidatura, Horácio Barra explicou as razões por que concorre à presidência do município de Barcelos, sublinhando que a maioria dos cidadãos do concelho “sentem que é necessário um novo rumo, uma nova ambição” face à “ausência de liderança e de projecto” em que a cidade e o concelho se encontram mergulhados. Por isso, adiantou, “todos sentem, também, que é necessário um novo protagonista, cuja forma de agir e decidir seja transparente, rigorosa, responsável e séria”.



Quanto à educação, uma das prioridades da sua governação, caso seja eleito nas autárquicas de 9 de Outubro, Horácio Barra referiu que “as questões do ensino, da infância, da juventude e da cultura serão

objecto de investimentos estruturais e medidas práticas que se mostram absolutamente necessárias para construir um futuro melhor, mais qualificado”.

Relativamente à economia, o candidato socialista afirmou ainda que para “as questões do emprego, comércio, indústria e turismo, o Partido Socialista de Barcelos tem ideias claras e planos concretos para a melhoria do bem-estar da população e para a criação de riqueza”.

E acrescentou que a qualidade de vida consegue-se, também, com “medidas adequadas na saúde, na atenção aos idosos, na defesa do ambiente, na criação de uma rede de transportes públicos eficiente e na aposta num sistema eficaz de abastecimento de água e saneamento básico”.

**VIZELA****FRANCISCO FERREIRA RECEBE APOIO ENTUSIASTICO DE VEREADOR DO PSD**

A apresentação da recandidatura do socialista Francisco Ferreira à Câmara Municipal de Vizela contou com uma surpresa inesperada: uma mensagem de apoio do vereador do PSD Carlos Alberto Costa.

Na sua missiva, o autarca laranja disse sentir-se “muito orgulhoso” por ter pertencido às duas equipas que nos últimos anos estiveram à frente dos destinos do concelho.

Carlos Alberto Costa reconhece que “Vizela é hoje, passados sete anos, um concelho moderno, um concelho com confiança no futuro, um concelho que já oferece mais e melhor qualidade de vida a todos os seus munícipes”. O militante do PSD considera mesmo que “só os invejosos do costume continuam a não reconhecer o trabalho feito” nos últimos anos.

Sobre o candidato socialista, o vereador laranja não hesita ainda em afirmar que “foi um bom presidente para Vizela”, que “conhece o concelho como a palma das suas mãos”. E numa crítica aos opositores do actual presidente da Câmara Municipal, lembrou que Francisco Ferreira “não precisou de perguntar a ninguém onde fica o Estádio do FC Vizela ou o Centro Social e Paroquial de Santa Eulália”.

E conclui que este conhecimento faz do candidato do PS “um presidente atento, preocupado, decidido e eficiente”.



[www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)



## MATOSINHOS

# GUILHERME PINTO COLOCA AS PESSOAS COMO PRIORIDADE DA SUA ACÇÃO

*Na boa tradição das políticas socialistas, o candidato do PS a Matosinhos garante que as pessoas continuarão no centro das suas preocupações, caso seja eleito presidente. Na sessão de apresentação da sua candidatura à Câmara Municipal de Matosinhos, Guilherme Pinto prometeu "total entrega, empenhamento e paixão".*

Na intervenção onde explanou as linhas-força da sua candidatura, Guilherme Pinto afirmou que um dos objectivos centrais passa por "simplificar a vida às pessoas", nomeadamente "tornando a vivência no concelho e na cidade agradável, fácil e acolhedora pela qualificação do território, pela escala humana do seu urbanismo".

Salientando que no novo mandato do PS "a cidade estará sempre em dia", o candidato socialista disse que "à qualidade de vida já alcançada iremos acrescentar o objectivo da Qualidade Cem Por Cento", que se traduz em "cuidar as ruas, os passeios, os jardins, os sinais, as praças, os lugares. Cuidar o trânsito. Introduzir maior disciplina nas intervenções na via pública. Ter sempre a rua como queremos a nossa casa: confortável, funcional, bonita".

E sublinhou que o programa "Qualidade Cem por Cento" será "um dos eixos da nossa política".

Para Guilherme Pinto, "simplificar a vida às pessoas" é também "garantir transportes públicos de qualidade, concluir a revolução viária em curso, aumentar a disciplina e a oferta de estacionamento, criar o Gabinete do Cidadão, fazer de Matosinhos uma cidade digital de rosto humano, criar o Portal do Cidadão e estimular os funcionários da autarquia e fazê-los sentir que estar ao serviço dos cidadãos é um trabalho aliciente".

Por outro lado, "estar perto das pessoas", sublinhou, é outro dos eixos em que

assenta o programa do PS. Assim, sustentou, é preciso "perceber o drama do desemprego e contribuir com a atracção de novos investimentos, a dinamização da economia e o apoio à inserção na vida activa, para que nenhum cidadão seja forçado a desistir".

Mas também, acrescentou, "estar perto das pessoas", é "acompanhar as condições de vida dos cidadãos mais desfavorecidos e ousar nos programas de incentivo e apoio que caracterizam Matosinhos e afirmar que o direito à habitação condigna continuará no centro das nossas preocupações".

Segundo o candidato do PS, "estar perto das pessoas" passa também por "saber que o rigor financeiro se vai manter na gestão da autarquia como melhor garantia de podermos estar presentes em cada problema da população".

## Total entrega e empenhamento

Referindo que o seu compromisso "é fazer das pessoas a agenda de Matosinhos", no âmbito de um próximo mandato que, garantiu, "será de total entrega, de total empenhamento e de total paixão", Guilherme Pinto apontou a "valorização das pessoas" como outro dos eixos do seu programa.

Assim, depois de lembrar que "Matosinhos é dos concelhos com melhor cobertura de rede escolar", Guilherme Pinto considerou que "valorizar as pessoas" é "concluir a rede



de escolas inteligentes e solidárias, onde todas as nossas crianças terão acesso à Internet, a bibliotecas escolares, a refeições, a espaços lúdicos".

Mas também, entre outros aspectos, "abraçar com total empenho a introdução do Inglês no ensino básico, criar um programa especial de apoio à Matemática, estimular a prática desportiva, conquistar novos espaços de ensino superior, e garantir às instituições que trabalham em investigação e desenvolvimento que Matosinhos é a melhor aposta e a melhor opção para se fixarem".

"Mobilizar as pessoas" é outra das prioridades da candidatura socialista que passa, nomeadamente, por "fazer com que o concelho haja como um todo, irrequieto, determinado, com espírito de conquista, percebendo que a Matosinhos não basta ser competitivo, quer ser o melhor".

Guilherme Pinto considerou ainda que "mobilizar as pessoas" é "aproveitar o excelente capital que atraímos todos os dias como a melhor garantia de que vamos continuar a manter Matosinhos numa posição de liderança na actividade económica" e "ousar parcerias público-privadas na área da biotecnologia, na área da produção das novas energias, da energia das marés e da energia eólica, garantindo o desenvolvimento sustentável".

A terminar a sua intervenção, o candidato do PS reafirmou que é preciso perceber que "um concelho é um organismo vivo e que devemos estar atentos a todas as suas cambiantes, a todas as suas dimensões. Pensar e sentir a respiração da comunidade para garantir o seu presente e o seu futuro sustentável".

J.C.C.B.

## REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

### 1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

### 2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE

PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873

NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

### 3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)

MONTANTE .....

Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur

Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

### 4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.



Em caso de dúvida, contacte-nos pela

Linha Azul

808 201 695



# GOVERNO APROVA NOVO REGIME DE APOSENTAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

*O Conselho de Ministros aprovou nos últimos dias do passado mês de Agosto, um conjunto de diplomas no âmbito da reforma do regime geral de Segurança Social dos novos funcionários e agentes da Administração Pública Central, Regional e Local e demais servidores do Estado.*

*Com este conjunto de medidas o Executivo socialista pretende moralizar o sector, introduzindo princípios fundamentais que passarão a orientar as reformas dos trabalhadores ligados à Administração Pública.*

O novo diploma aponta para um vasto conjunto de princípios fundamentais que abrangem áreas tão significativas como a convergência, progressividade e salvaguarda de direitos.

No capítulo dos princípios da reforma destaque para a cessação, a partir de agora, de os novos funcionários públicos e agentes administrativos poderem inscrever-se na Caixa Geral de Aposentações. Segundo o agora estabelecido, os novos funcionários ligados ao Estado passarão a ser inscritos no regime geral de Segurança Social, ficando deste modo abrangidos pelo regime de reforma dos trabalhadores do sector privado.

Também a idade para poderem aceder à reforma sofreu uma ligeira alteração. Perante o novo dispositivo legal, a idade de aposentação, que até aqui era os 60 anos de idade, vai gradualmente aproximar-se da exigida aos restantes trabalhadores, ou seja os 65 anos. Neste particular, o Governo aprovou uma tabela para que melhor se possa compreender a equação que de forma progressiva levará a que as reformas dos trabalhadores da Função Pública se aproximem do esquema dos restantes trabalhadores:

**2006** – 60 anos e 6 meses;

**2007** – 61 anos;

**2008** – 61 anos e 6 meses;

**2009** – 62 anos;

**2010** – 62 anos e 6 meses;

**2011** – 63 anos;

**2012** – 63 anos e 6 meses;

**2013** – 64 anos;

**2014** – 64 anos e 6 meses.

Ainda no quadro dos princípios desta reforma, e quanto à manutenção do número de anos de serviço para acesso à aposentação não antecipada, o novo diploma estabelece que, neste particular, ela continuará a depender, até ao último dia do último mês de 2014, de o subscritor contar além da idade legal de aposentação com 36 anos de serviço. Com esta alteração, diz o Governo, o aumento do número de anos de serviço para obtenção da pensão completa irá gradual e progressivamente aproximar-se do valor estabelecido no regime geral

que é de 40 anos.

No que respeita à manutenção da fórmula de cálculo da pensão para os subscritores inscritos a partir de 1 de Setembro de 1993, o novo diploma estabelece que esses subscritores continuam a ter a pensão de aposentação calculada nos termos das regras aplicáveis aos contribuintes do regime de Segurança Social.

Quanto aos subscritores inscritos até 31 de Agosto de 1993, o novo diploma legal estabelece algumas alterações da fórmula de cálculo da pensão. A carreira dos subscritores sem 36 anos de serviço e com 60 anos de idade até ao último dia do presente ano de 2005 será dividida em duas partes distintas. Ou seja, o tempo de serviço até 31 de Dezembro de 2005 e o tempo de serviço a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Já no que diz respeito ao primeiro aspecto, o diploma esclarece que terá lugar uma pensão fixada de acordo com as regras do Estatuto da Aposentação,



considerando-se a remuneração auferida pelo subscritor à data da aposentação. Relativamente ao outro item, o diploma sublinha que a partir dessa data será atribuída outra pensão que será apurada de acordo com as regras próprias de um regime geral de segurança social. Ainda em relação a estes subscritores, o diploma fixa que a pensão global a que terá direito corresponde à soma das duas pensões anteriores.

No que toca aos inscritos até 31 de Agosto de 1993, quanto mais longa for a carreira do subscritor até essa data, maior será a primeira parcela da pensão a que terá direito e, consequentemente, menor a diferença entre a pensão global que receberá e aquela que lhe seria

atribuída se o regime não sofresse alteração. No caso se reportar a quem tenha pelo menos 40 anos de serviço até esta mesma data, independentemente da idade, tem sempre a garantia de que quando se aposentar terá direito a uma pensão completa calculada exclusivamente com base no estatuto da aposentação. O serviço prestado até 31 de Dezembro de 1993 é integralmente considerado no cálculo da pensão de acordo com o regime actual, independentemente do momento em que tal venha a suceder, salvaguardando-se, assim, os direitos em formação de todos os subscritores inscritos até ao último dia do mês de Agosto de 1993.

Mas o diploma considera a possi-

bilidade de aposentação antecipada. Neste caso, os subscritores continuam a poder aposentar-se antecipadamente desde que, independentemente da idade, tenham o tempo de serviço correspondente a uma carreira completa.

Ainda neste caso, os subscritores beneficiarão, até 31 de Dezembro de 2014, de duas modalidades de despenalização por terem requerido a pensão antecipada. Redução de um ano na idade legal de aposentação por cada grupo de três anos que o serviço exceder a carreira completa em vigor e redução ainda de seis meses na idade legal de aposentação por cada ano que o serviço exceder a carreira completa em vigor. A partir de 1 de Janeiro de 2015, apenas se manterá a primeira modalidade.

## NOÇÕES CLARAS SOBRE O NOVO DIPLOMA

- Os novos funcionários públicos e agentes administrativos serão inscritos no regime geral de Segurança Social, ficando abrangidos pelo regime de reforma dos trabalhadores do sector privado.
- A idade de aposentação actual (60 anos) aproxima-se gradualmente e ao ritmo de 6 meses por ano, durante 10 anos, da que vigora para os restantes trabalhadores, no âmbito do regime geral, que é de 65 anos de idade.
- O acesso à aposentação não antecipada continuará a depender, até 31 de Dezembro de 2014, de o subscritor contar, além da idade legal referida, 36 anos de serviço.
- Apesar de o acesso à aposentação continuar a depender, até a 31 de Dezembro de 2014 (data a partir da qual deixa de constituir condição de aposentação), de 36 anos de serviço, o tempo de serviço correspondente a uma carreira completa, de que depende a atribuição de uma pensão completa, aproxima-se progressivamente do valor estabelecido no regime geral, que é de 40 anos, ao ritmo de seis meses por ano entre 2006 e 2013.
- Os subscritores da Caixa Geral de Aposentações inscritos a partir de 1 de Setembro de 1993 continuam a ter a pensão de aposentação calculada nos termos das regras aplicáveis

aos contribuintes do regime geral de segurança social e em conformidade com o regime legal que sempre lhes foi aplicável.

- A pensão dos subscritores da CGA inscritos até 31 de Agosto de 1993 passa a calcular-se de acordo com dois regimes diferentes: um com base no estatuto da aposentação, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de Dezembro de 2005, e outro em função do regime geral de segurança social, relativamente ao tempo de serviço posterior. A pensão global resultará da soma das duas parcelas.
- Os subscritores da CGA continuam a poder aposentar-se antecipadamente, independentemente da idade, desde que tenham o tempo de serviço correspondente a uma carreira completa.
- As carreiras longas são discriminadas positivamente através do mecanismo da aposentação antecipada.
- As alterações ao regime da pensão de sobrevivência seguem a mesma lógica da reforma do regime de aposentação. A pensão de sobrevivência continuará a corresponder a 50 por cento da pensão de aposentação calculada com base no estatuto da aposentação.

### Salvaguarda de direitos

A nova reforma do regime de aposentação da Função Pública, compreende ainda um conjunto importante de direitos que importa referir. Estão neste caso o regime especial de protecção dos subscritores que, até 31 de Dezembro de 2005, possam aposentar-se voluntariamente, por contarem, pelo menos, com 60 anos de idade ou com 36 anos de serviço. Neste particular o diploma estabelece, tendo em conta a salvaguarda de direitos, as condições de aposentação para este caso (60 anos de idade e 36 de serviço) e a fórmula de cálculo da pensão em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Salvaguarda ainda os direitos dos subscritores com 36 anos de serviço mas sem idade legal de aposentação até 31 de Dezembro de 2005, quando decidirem requerer a sua aposentação, independentemente o façam antes ou ao pós 2015. Neste caso, o diploma que não aponta para a perda de direitos, estabelece as condições em que se poderão aposentar



# POSENTAÇÃO

estes subscritores e especifica as duas modalidades de despenalização da pensão antecipada inumerando algumas especialidades.

Uma das especialidades apontadas refere-se à redução de um ano na idade legal de aposentação por cada grupo de três anos que o serviço exceder os 36 anos (cálculo da pensão de acordo com a fórmula em vigor em 31 de Dezembro de 2005). Ou, se for o caso, se as contas se fizerem até 31 de Dezembro de 2014, a redução de seis meses na idade legal de aposentação por cada ano que o serviço exceder a carreira completa em vigor, contas feitas tendo por base o cálculo da pensão efectuada em duas parcelas. Da aplicação da segunda modalidade (-0,5/+1) não pode resultar, em nenhuma circunstância, a aposentação do subscritor, com pensão completa, em momento anterior àquele em que adquiriria esse direito de acordo com o regime actual.

Muitas outras áreas são abordadas neste diploma referente à reforma do regime de aposentação dos funcionários ligados à Função Pública, nomeadamente no que respeita ao tratamento especial das carreiras longas. Neste particular é compreendida a discriminação positiva das carreiras longas através do mecanismo de aposentação antecipada, opção a manter em vigor durante e após o período transitório e a criação de um novo sistema de despenalização das pensões antecipadas que favorece objectivamente os subscritores com carreiras longas.

Quanto ao novo regime das pensões de sobrevivência, o diploma estabelece que ele acompanhará o regime das pensões de aposentação. De facto, a pensão de sobrevivência continuará a corresponder a 50 por cento da pensão de aposentação calculada com base no estatuto da aposentação. A pensão de sobrevivência corresponde a uma pensão de aposentação calculada, no todo ou em parte, com base no regime geral e rege-se também por esse regime, quer quanto ao cálculo, quer quanto à titularidade e condições de atribuição.

Todavia há capítulos que não sofrem quaisquer alterações. Para todos os subscritores mantêm-se o número de anos de serviço, ou seja de 36 anos, necessários para poder aceder à aposentação não antecipada.

Outro aspecto que não muda, circunscreve os subscritores inscritos após 31 de Agosto de 1993 que vêm manter-se a fórmula de cálculo das suas pensões, que já era a do regime geral de segurança social. Para estes, que tenham completado até 31 de Dezembro de 2005, 60 anos de idade e 36 de serviço, podem, se assim o entenderem, beneficiar, quando decidirem requerer a aposentação, das condições de aposentação em vigor até 31 de Dezembro de 2005, ou requerer a fórmula de cálculo da pensão em vigor até a essa mesma data. Ao invés do que significativa parte da oposição anda a tentar fazer crer ao país, o diploma estabelece uma graduação no



## ESTATUTO DAS FORÇAS ARMADAS E NOVAS REGRAS SOBRE A PASSAGEM À RESERVA E À REFORMA DOS MILITARES DA GNR

O Conselho de Ministros de 8 de Agosto de 2005 aprovou um novo decreto-lei sobre o estatuto dos militares das Forças Armadas e um diploma legal sobre a passagem à reserva e à reforma dos militares da GNR.

Com a aprovação destes dois diplomas, afirma o Conselho de Ministros, prossegue-se o objectivo de aproximação ao novo regime geral designadamente no que diz respeito ao tempo de serviço e ou em relação à idade necessários para efeitos de aposentação, pré-reforma e reserva, dos regimes especiais que constituem excepção às regras previstas no estatuto de aposentação. Procede-se assim, à alteração do regime de bonificação do tempo de serviço efectivo, das condições de passagem à situação de reserva, bem como da reforma dos militares.

Neste sentido, é alterada a percentagem de bonificação do tempo de serviço de 25 por cento para 15 por cento e passa a exigir-se para a passagem à reserva que o militar cumpra 55 anos de idade e 36 anos de serviço ou, mediante requerimento sujeito a deferimento, tenha 20 ou mais anos de serviço militar mas, neste caso, cessando sempre a situação de reserva ao fim de 5 anos, com passagem à situação de licença ilimitada. Do mesmo modo, passa a exigir-se que o militar complete 60 anos de idade para que possa requerer a passagem à reforma, procurando-se assim, conciliar a especificidade inerente à condição militar e a pretendida convergência com o regime geral da reforma e aposentação da Função Pública. Salvaguarda-se, contudo, os direitos adquiridos e as expectativas legítimas, designadamente quanto à percentagem da bonificação do tempo de serviço em vigor até ao início do presente diploma e quanto à situação dos



militares que reúnam ou venham a reunir as condições de passagem à reserva ou à reforma até 31 de Dezembro de 2005. O Conselho de Ministros determinou ainda que até ao final deste ano, as carreiras dos militares dos quadros permanentes das Forças Armadas sejam objecto de reestruturação, mantendo-se em vigor até essa data as actuais condições da passagem à resrva dos litares com 55 anos de idade ou, alternativamente, 36 anos de serviço.

tempo na sua aplicabilidade, fixando a idade de aposentação, segundo as novas regras, dos funcionários e agentes da administração, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, anteriores a 1 de Janeiro de 2006, progressivamente aumentada, durante um período de transição de 10 anos, seis meses por ano, dos 60 até atingir os 65 anos de idade. Findo este período de transição, os subscritores da CGA podem aposentar-se, desde que contem pelo menos 65 anos de idade e cumpram o prazo de garantia do regime geral de segurança social que é actualmente de 15 anos de serviço.

Para o cálculo da pensão de aposentação, o número de anos de serviço necessários para obtenção da pensão completa progride, durante o período de transição, de 36 até 40 anos, sendo que, durante o espaço de tempo em que se desenvolve este período de transição, manter-se-á como condição de acesso os 36 anos de serviço.

### Contas simples

Este cálculo da pensão resulta do somatório das duas parcelas que traduzem, nos seus aspectos essenciais, as regras vigentes nos dois regimes em actividade no nosso país, o actual da Função Pública e o da Segurança Social, sendo que os valores relevantes para efeitos de remuneração de referência da primeira parcela são aferidos à data do pedido de aposentação e os da segunda parcela reflectem a média dos vencimentos auferidos a partir de 2006.

Os trabalhadores que até ao fim do corrente ano reunirem as actuais condições de acesso à aposentação, ou seja, 60 anos de idade e 36 de serviço, mantêm o regime actual, independentemente do momento em que a requerem.

Com este diploma agora aprovado é introduzido o critério do interesse público excepcional, aliado à conveniência em assegurar o exercício de funções públicas ou de trabalho remunerado por aposentados, estabelecendo um regime mais estreito e rigoroso e evitando situações de acumulação de pensões e de remunerações, susceptíveis de pôr em causa elementares princípios de equidade.

Este novo diploma afasta igualmente a margem de discricionariedade no que respeita ao valor da acumulação entre a pensão de aposentação ou a remuneração na reserva e a remuneração que competir ao trabalho que os aposentados venham a desenvolver na sequência da respectiva autorização.

Legalmente fica igualmente estabelecido a impossibilidade absoluta de alguém que tenha requerido a aposentação antecipada ou que se encontre aposentado compulsivamente poder vir a exercer quaisquer funções públicas ou a prestar trabalho remunerado em quaisquer serviços do Estado.

## CONSELHO DE MINISTROS

## GOVERNO APROVA CONTRATOS DE INVESTIMENTOS

*Foi profícuo e diversificado o trabalho realizado nos diversos Conselhos de Ministros que tiveram lugar durante o mês de Agosto. Uma das muitas decisões importante saídas da reunião magna do Governo do dia 25 de Agosto, e que merece, sem dúvida, um destaque especial, reporta-se à nomeação do representante nacional junto da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, (OCDE). A escolha, que recaiu sobre a figura de Eduardo Ferro Rodrigues, prestigia Portugal e enche de orgulho o Partido Socialista.*



Ferro Rodrigues nomeado embaixador na OCDE

O Conselho de Ministros, de 25 de Agosto, nomeou o ex-secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, representante de Portugal junto da OCDE.

Com sede na capital francesa, esta organização de que Portugal é membro fundador, foi criada em 1948 através da Convenção de Paris. Inicialmente com o nome de OECE (Organização Europeia de Cooperação Económica) é a partir de 1960, atingidos os objectivos para que foi criada, que se passa a designar como Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Criada três anos após o final da II Guerra Mundial, a então OECE surge por vontade dos Estados Unidos da América e do Canadá, com o intuito de administrar a ajuda, no quadro do Plano Marshall, a uma Europa destruída pelo conflito mundial.

Conta hoje com 30 países membros, entre os quais Portugal, e a sua actividade prioritária focaliza-se prioritariamente no reforço da economia dos países membros, no sentido de melhorar a sua eficácia, promover a economia de mercado e desenvolver um sistema de trocas livres. Pretende ainda contribuir para o desenvolvimento e industrialização dos diversos países.

Com a Europa a atingir padrões de progresso e de bem-estar já muito distantes dos caóticos anos do pós-guerra, a OCDE voltou-se posteriormente para a ajuda externa ao espaço europeu estendendo hoje a sua ajuda e contribuição a todos os países que, no mundo inteiro, pretendem aderir à economia de mercado.

A OCDE adopta instrumentos internacionais, decisões e recomendações, no sentido de promover regras ou acordos multilaterais necessárias para garantir o progresso das nações dentro de uma economia que se mostra cada vez mais global.

O representante agora nomeado pela resolução do Governo de José Sócrates, revela, segundo o Executivo português, uma vasta experiência académica e profissional na área da economia, características que fazem de Ferro Rodrigues, ainda segundo o Conselho de Ministros, uma excelente escolha para chefiar a delegação portuguesa junto deste prestigiado organismo internacional. Mas durante a estação forte das férias,

que por excelência é em Portugal o mês de Agosto, os diversos Conselhos de Ministros realizados durante este período aprovaram igualmente um vastíssimo conjunto de outras resoluções que importa referir.

Na reunião ministerial do dia 25 de Agosto, por exemplo, foram aprovados diplomas referentes à revisão do Estatuto da Aposentação da Função Pública, assunto que abordamos de forma mais desenvolvida nesta edição do jornal, ou ainda uma outra resolução que visa facilitar a vida aos bombeiros voluntários, que sejam funcionários públicos, de forma a flexibilizar e compatibilizar as suas obrigações profissionais com as de bombeiro voluntário, de modo a poderem estar mais disponíveis em caso de necessidade no combate aos fogos. Uma outra resolução respeita ao regime jurídico da receita médico-veterinária e da requisição médico-veterinária normalizada, da vinha médico-veterinária normalizada e ainda uma resolução sobre o livro de registo de medicamentos utilizados em animais de exploração.

#### **Governo incentiva investimentos na indústria automóvel...**

O Conselho de Ministros aprovou, por outro lado, resoluções relativas a contratos de investimento como o celebrado entre o Estado português, a Inapa Plásticos, SA, a Peguform Ibérica, SL e a SPPM – Sociedade Portuguesa de Pintura e Módulos para a Indústria Automóvel, SA que tem por objectivo a criação de uma unidade industrial de raiz localizada no parque de Fornecedores da Autoeuropa, em Palmela. Com o estabelecimento deste acordo ficam criadas as condições para assegurar a pintura e a montagem de módulos para a indústria automóvel com base em processos tecnológicos avançados e com um elevado grau de automatização, garantindo significativos níveis de qualidade e de produtividade bem como o cumprimento de todas as disposições existentes para o ambiente. O investimento em causa ronda os 19,2 milhões de euros e visa criar cerca de 191 novos postos de trabalho, num sector onde Portugal quer apostar de forma decisiva, atraindo a produção para o país de outros grandes construtores mundiais.

Actualmente ainda não existe em Portugal nenhuma linha de pintura capaz de satisfazer os exigentes critérios de qualidade impostos pela Autoeuropa.

Também ao nível do investimento, o Governo aprovou um contrato de investimento a celebrar pelo Estado português e a Continental, AG e a Continental Mabor – Indústrias de Pneu com o objectivo de expandir e modernizar a unidade produtiva desta sociedade em Vila Nova de Famalicão, ajudando assim a aumentar a sua capacidade produtiva e a possibilitar a sua entrada num segmento de mercado novo, de maior valor acrescentado e com forte potencial de crescimento no sector dos pneus SUV (Sport Utility Vehicle).

O investimento em causa ascende a 25,9 milhões de euros, dos quais 3,4 milhões serão dirigidos para a formação profissional. Pretende ainda a criação de mais 15 novos postos de trabalho e a manutenção dos actuais 1468.

#### **... e reforça turismo de lazer**

Ainda no campo dos investimentos, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução tendente a celebrar entre o Estado português, a Turyleader, SPGS, SA e a Prifalésia – Construções e Gestão de Hotéis, SA a construção em Vilamoura, no Algarve, de um hotel de cinco estrelas e um conjunto de equipamentos turísticos complementares, com elevada qualidade e diversificação dos serviços prestados e forte aposta no turismo de lazer, golfe e negócios. O investimento ronda os 33,4 milhões de euros, prevendo-se um valor de prestação de serviços de cerca de 11,1 milhões de euros em 2009, bem como a criação de uma média de 176 postos de trabalho. Quatro novos Planos ligados à gestão urbana foram também aprovados em Conselho de Ministros São eles o Plano de Urbanização de Carregal do Sal, tendo em vista qualificar os espaços urbanos e urbanizáveis definidos no PDM, o Plano de Pormenor da Zona de Actividades Económicas de Vila Nova de S. Bento, em Serpa, que configura uma forte aposta na implantação de novas empresas neste município alentejano, o Plano de

Pormenor das Praias Urbanas (PP1) do Programa Polis da Costa de Caparica, no conselho de Almada, e o Plano de Urbanização de Lousada, que pretende a consolidação e dotar o tecido urbano existente das adequadas condições urbanísticas, equipamentos e infra-estruturas de apoio e conferir às zonas de expansão as condições necessárias a um desenvolvimento equilibrado em função dos novos eixos rodoviários em desenvolvimento na região. Em relação ao Polis da Costa de Caparica, pretende-se com este instrumento de gestão urbanística contribuir para a restrição do trânsito automóvel e desenvolvimento de mobilidades externas, para além de se pretender igualmente avançar e melhorar a intermodalidade. A reestruturação urbana para reforço e valorização do espaço público, é outro dos objectivos contidos, assim como a valorização da estrutura verde, melhoramento e qualificação das belíssimas praias existentes neste concelho vizinho de Lisboa, e ainda a consolidação do perímetro urbano, planeamento e equipamentos, potenciando deste modo a qualidade e uso balnear, que constituir um forte atractivo de toda esta zona.

#### **Novas condições para recrutamento de trabalhadores de salas de jogo**

O Conselho de Ministros de 30 de Agosto aprovou diversas resoluções, nomeadamente uma proposta de lei sobre as condições de recrutamento do pessoal adstrito ao funcionamento das salas de jogo, um decreto-lei que prorroga, por um ano, o prazo limite de duração dos contratos administrativos de provimento celebrados pelo Instituto para a Qualidade na Formação, IP, permitindo que permaneçam em funções no IQF os titulares deste tipo de contratos que cessavam em 31 de Agosto, podendo apresentar-se a novo concurso. Muitas outras decisões foram igualmente tomadas nos diversos Conselhos de Ministros realizados durante o período das férias grandes. Foi o caso, por exemplo, da proposta de lei sobre contra-ordenações de contravenções e transgressões que, com

esta proposta de lei, aprovada na generalidade, visa-se concluir o programa de substituição das contravenções e transgressões por contra-ordenações.

A nível internacional foram também aprovadas importantes resoluções. É o caso da proposta que foi aprovada de um acordo entre Portugal e a Noruega sobre a renúncia ao reembolso de despesas relativas a prestações em espécie, protocolo assinado entre os dois países em Novembro de 2000, uma outra resolução que aprovou a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Chile, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, a aprovação de um outro acordo entre Portugal e o Chipre nas áreas da educação, ciência e ensino superior, juventude, desporto e comunicação social e finalmente a rectificação de um tratado internacional sobre os recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Aprovada foi igualmente a abertura dum Consulado Geral da República Portuguesa em Xangai, na República Popular da China, assim como uma determinação que aprovou um acordo entre Portugal e a Ucrânia, tendo em vista regular e facilitar os transportes rodoviários entre os dois países. Entre Portugal e a República da Estónia foi igualmente rectificado um acordo, aprovado em Conselho de Ministros, visando a cooperação nos domínios da língua, educação, cultura, ciência e tecnologia, juventude, desporto e comunicação social.

Durante o mês de Agosto, foi ainda aprovado pelo Governo o regime de atribuição de licenças e autorizações para o exercício da actividade de televisão. Com este decreto-lei aprovado em reunião de Conselho de Ministros, é reposto o regime de atribuição e renovação de licenças e autorizações para o exercício da actividade de televisão, ficando conferida a necessária estabilidade ao quadro vigente. Com esta aprovação fica clarificado o regime jurídico aplicável nesta matéria ultrapassando-se a incerteza entretanto criada pela lei 31/-A/98, de 12 de Agosto.



# GOVERNO CUMPRE PRAZO NA COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

Tal como prometeu e ao contrário do que tinha sucedido com o anterior Governo da responsabilidade do PSD, o Executivo liderado por José Sócrates cumpriu a promessa de fazer sair as listas de colocação de professores a tempo e horas.

Com efeito, o diário oficial publicou no passado dia 30 de Agosto, como estava prometido pelo Ministério da Educação, a lista de colocação nas escolas dos docentes dos quadros de zona pedagógica, bem como os docentes de quadros de escola que solicitaram destacamento por condições específicas e ainda a lista dos docentes contratados. Este ano, como recordou o primeiro-ministro, e ao contrário do ano anterior, a referida lista incorporará os resultados das reclamações e dos recursos ocorridos, facto que permitirá que o início do ano lectivo decorra sem quaisquer contratemplos. O primeiro-ministro anunciou no comício de *rentrée* do PS o que há muito os docentes portugueses vinham a reivindicar. No próximo ano o concurso de professores será válido por

três a quatro anos, facto que permitirá eliminar, como referiu José Sócrates, a "instabilidade permanente no ensino". Esta regra, ainda segundo o primeiro-ministro e líder do PS, será adaptada "conforme a duração do ciclo de ensino", e contribuirá para evitar, como reforçou, "a instabilidade permanente provocada pelos professores em trânsito, saltando de escola para escola".

Lembrando a caótica situação criada pelo anterior Executivo, José Sócrates afirmou que com o cumprimento atempado por parte do seu Governo da publicação das listas de colocação de professores, o ano lectivo de 2005/06 começará com toda a normalidade.

Pais e professores já manifestaram satisfação pelo anúncio desta medida. Para os dois mais representativos sindicatos dos professores, Federação Nacional da Educação (FNE) e Federação Nacional de Professores (Fenprof) a promessa do Governo vem ao encontro do que há muito reivindicam, tendo em vista a estabilização do corpo docente nas escolas.



Afirmando-se disponíveis para dialogar com os responsáveis do Ministério da Educação "sobre estes e outros assuntos que respeitem aos professores", as duas estruturas sindicais afirmam que esperam que o Governo saiba agora "passar das palavras aos actos e transforme a promessa em matéria legislativa".

Também a Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) manifestou satisfação pelo anúncio desta medida, lembrando que esta era há muito uma proposta que a associação vinha a fazer aos sucessivos governos. Para esta associação de pais, a estabilidade do corpo docente nas escolas permitirá, por exemplo, que as crianças mais novas, aquelas que frequentam o primeiro ciclo, tenham a garantia de apenas disporem de um único professor, durante todo o período desta fase inicial de aprendizagem e, por outro lado, reforçam, vai igualmente conceder ao corpo docente "maior envolvimento na socialização com os alunos e mesmo uma maior ligação às famílias".

## INAUGURADO CENTRO DE SAÚDE NA PÓVOA DE SANTA IRIA

A cidade da Póvoa de Santa Iria, no concelho de Vila Franca de Xira, tem desde os finais do passado mês de Agosto um novo Centro de Saúde. Inaugurado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e pelo ministro da Saúde, António Campos Correia, esta recente unidade resultou do empenhamento da edilidade, que cedeu o terreno para a construção e parte importante do financiamento, tendo o PIDDAC contribuído com parte do investimento. Esta nova unidade de saúde teve um custo de 2615 milhões de euros, incluindo equipamento orçado em 250 mil euros. Servirá, a partir de agora, uma população de perto de 51 mil habitantes e que só nos últimos dez anos aumentou em cerca de 28 por cento. A população activa é de 74,1 por cento e o índice de dependência global de 25,9 por cento. Nesta freguesia regista-se uma população jovem de perto de 17,4 por cento, enquanto a população mais idosa se fica pelos 8,5 por cento. Segundo dados divulgados por um responsável desta unidade de saúde, sustentando-se em dados de Dezembro de 2004, a população inscrita neste Centro de Saúde fixa-se em 51.234 utentes, dos quais cerca de 20 por cento aguardam a atribuição de médico de família. Esta situação deve-se ao facto da grande capacidade de atracção que as freguesias da Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Vialonga, têm vindo a sofrer por parte de novos moradores, com um aumento populacional muito superior à média nacional que se tem fixado nos 5 por cento. Durante anos e anos estas freguesias, que têm sido alvo de uma forte pressão populacional, foram, sistematicamente,



vetadas ao esquecimento por parte dos anteriores responsáveis pela política de Saúde. Esta realidade traduz-se hoje em números preocupantes, nomeadamente pela enorme lista de utentes por médico, cerca de 1700. A média indicativa aconselha a um rácio de 1500 utentes por médico de família.

A curto prazo, prevê-se a reconfiguração do Centro de Saúde em Unidade de Saúde Familiar, com adopção do Regime Remuneratório Especial (RRE) para os profissionais de saúde, o qual associa na remuneração desempenho quantitativo e qualitativo, entretanto já experimentado na Extensão de Vialonga desde Setembro de 2000.

Parante a falta de médicos de família, a Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo está, por seu turno, a envia-

do esforços para reforçar o Centro de Saúde com mais profissionais de clínica geral, recorrendo, se necessário, à disponibilidade de médicos estrangeiros.

O agora inaugurado Centro de Saúde da Póvoa de Santa Iria era a peça que faltava para que se completasse um conjunto de três unidades de saúde que agora se encontram ao serviço das populações deste concelho ribatejano, equipamentos que se interligam entre si. A partir de agora, existe uma unidade a funcionar na empresa Solvay, antiga Caixa de Previdência, na Póvoa de Santa Iria, outra situada em Vialonga, em actividade desde Dezembro de 2000 e uma terceira e última extensão localizada na freguesia do Forte da Casa e que se encontra igualmente a funcionar mas desde Agosto de 1997.

R.S.A.

## OPOSIÇÃO APLAUDE MEDIDAS DO GOVERNO SOBRE FOGOS FLORESTAIS

Parante o cenário dramático dos fogos nas florestas portuguesas, com gravíssimas consequências para a economia local e nacional, o Governo decidiu que o país deixe de ter uma época oficial de incêndios florestais, passando a estar o ano inteiro em alerta.

Neste sentido, e com o objectivo de melhor responder a esta nova exigência, Portugal passará a dispor de uma frota própria de meios aéreos de combate aos fogos, assim como será dotado de um corpo de bombeiros profissionais do Estado, que além de estarem preparados para o combate aos fogos florestais, responderão a situações de catástrofe, como sismos, cheias ou outras adversidades com especial incidência nos meios urbanos. Estas algumas das novidades anunciadas pelo ministro da Administração Interna, António Costa, perante a Comissão Permanente da Assembleia da República no passado dia 6 de Setembro.

O Governo, ainda segundo António Costa, assume que a época oficial de fogos florestais, que até agora decorria entre 1 de Junho e 31 de Setembro, passará a ser estendida ao ano inteiro, uma vez, como reconheceu o responsável pelo MAI, "existe o risco de incêndio durante todo o ano".

Neste sentido, o Governo vai criar um dispositivo permanente de acompanhamento da situação, que evoluirá conforme o aumento do risco de incêndios e que terá para o efeito duas fases distintas: a Alfa, que começa no primeiro dia de Janeiro, e a Bravo, que será accionada sempre que o risco de fogos seja considerado de maior intensidade e que será sobretudo accionado nos meses de Junho e Julho.

Outra das medidas anunciadas refere-se à unificação de todo o sistema de vigilância sob coordenação da GNR e à fusão dos Centros de Prevenção Distrital (que dependem do Ministério da Agricultura) com os Centros Distritais de Operações de Socorro (que dependem do Ministério da Administração Interna).

Desta fusão, anunciou ainda o ministro, surgirá um comando único de todas as forças que intervenham na vigilância, prevenção e combate aos incêndios florestais e que irá dispor de uma frota aérea permanente disponível para o combate às chamas.

Estas e outras medidas que estão em preparação visam evitar de imediato que se possam repetir em Portugal situações como as que se verificaram nos últimos anos no nosso país.

R.S.A.



## NOTA FINAL

*o país também precisa de alguém que, sabendo colocar-se acima dos partidos, consiga contribuir para a coesão e unidade dos portugueses. Mário Soares une o país e os portugueses, não os divide, sendo esta, sem dúvida, a imagem de marca de todos os serviços que Mário Soares prestou ao país*

Tal como foi referido no final da última reunião da Comissão Nacional, se outras razões não existissem, a candidatura de Mário Soares a Presidente da República corresponde à candidatura do político português com maior prestígio internacional, é uma candidatura que apela à coesão nacional e à união dos portugueses e que, finalmente, usa a sua magistratura de influência para garantir a estabilidade que tanto o país precisa. Mário Soares é, todos sabemos, a figura mais prestigiada da democracia portuguesa e com maior projecção internacional. É, entre todos os portugueses, quem melhor consegue projectar e valorizar a imagem de Portugal no Mundo.

Mas o país também precisa de alguém que, sabendo colocar-se acima dos partidos, consiga contribuir para a coesão e unidade dos portugueses. Mário Soares une o país e os portugueses, não os divide, sendo esta, sem dúvida, a imagem de marca de todos os serviços que Mário Soares prestou ao país.

Com efeito a candidatura de Mário Soares é, como foi noutras situações, e em especial em 1986, uma candidatura de coragem pela defesa da estabilidade governativa em Portugal e pela criação de condições para que um Governo possa ter tempo para implementar um programa de legislatura amplamente sufragado pelos Portugueses.

Com Mário Soares nunca existiram governos de iniciativa presidencial e a sua suprema magistratura foi determinada para que a estabilidade governativa passasse a constar do vocabulário normal da acção política portuguesa. É um dado irrefutável, que todos nós sentimos, Portugal necessita de se voltar a aproximar dos valores de desenvolvimento e crescimento da União Europeia, mas para isso, todos sabemos, é necessário criarmos, ao nível político nacional e internacional, condições para que no país volte a existir confiança no futuro.

Confiança em Mário Soares, confiança nos portugueses.



**JORGE SEGURO SANCHES**

## PRINCÍPIOS E VALORES NA CONSTITUIÇÃO PARA A EUROPA

O processo de construção da Europa leva 50 anos. Sendo uma velha ideia — a da união de vários países do continente europeu com vista a pôr em comum meios para a realização de objectivos comuns e para a constituição de uma unidade de Estados com força política, económica e social e que potencie desenvolvimento e coesão — ela só ganha verdadeiramente expressão concreta a partir do final da II Guerra Mundial, a qual, aliás, contribuiu para sublinhar e reforçar não só a ideia da união dos povos europeus, mas também e, sobretudo, a da sua necessidade para se poder alcançar e assegurar a estabilidade, a paz e o bem-estar das populações da Europa, que as duas grandes guerras no século XX dramaticamente afastaram.

Assim, estes grandes e seguramente justos objectivos só são alcançáveis se estiverem reunidas condições para a sua concretização. Desde logo, a sua necessidade. Já vimos que os povos europeus sentem e sabem que é de toda a vantagem colaborar entre si, de modo estreito e unido, com instituições politicamente sólidas e adequadas e que lhes garantam a realização daqueles grandes objectivos. É uma necessidade e até há quem ache que é uma questão de sobrevivência.

Depois, a base, a argamassa que deve ser constituída por princípios e valores que suportem consistente e duradouramente a união que se deseja. Como na construção do que quer que seja, material ou imaterial, o que se pretende firme e perene tem de ter bases sólidas. Ora, as bases da União Europeia no seu processo de construção são os princípios e os valores que devem ser tidos e assumidos por todos.

O Tratado da União Europeia em vigor contém a definição não ainda de valores mas de princípios que, de resto, foram consagrados na revisão de Amsterdão de Outubro de 1997. Esses princípios têm, agora, no tratado que estabelece uma Constituição para a Europa que foi assinado em Roma, em Outubro de 2004, e que está para referendar em Portugal, uma expressão clara sendo aí classificados

como valores da União (artº2º) e a saber: *dignidade humana, liberdade, igualdade, democracia, Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos*. Quer dizer, a partir do novo Tratado Constitucional que se irá referendar, a União Europeia assentará naqueles valores, essenciais como vimos e que definem a sua condição e a sua própria identidade. Assim, a liberdade, a segurança, a justiça, a igualdade perante a lei e os direitos fundamentais do ser humano que agora estão expressa e claramente fixados no texto do Tratado Constitucional são o garante da união dos povos da Europa, da União Europeia e, ao mesmo tempo, a sua razão e a sua força.

Finalmente, outra das condições fundamentais no projecto da União Europeia é a vontade. É necessário que os povos europeus e cada povo em particular compreendam de uma vez por todas e assumam que chegou a hora de ultrapassar nacionalismos exacerbados, obstaculizantes e destrutivos que se opõem a uma real e institucional união da Europa e que tenham uma atitude activa e responsável perante o processo de construção da Europa, que é também um processo de todos e de cada um dos cidadãos dos 25 Estados-membros da União Europeia.

O tratado que estabelece uma Constituição para a Europa e que no próximo ano deverá ser referendado em Portugal é o texto fundamental, é a matriz genética, é a escritura que vai selar e institucionalizar a união dos povos europeus, cada vez mais necessária, para que se possam realizar os grandes objectivos previstos no Tratado, mas também para enfrentar dificuldades, imprevistos e novos desafios de ordem económica, social, de paz, de segurança e até naturais e ambientais (como, por exemplo, catástrofes e calamidades) e numa lógica de cooperação e solidariedade, esta que é, aliás, uma das marcas distintivas da herança cultural europeia.



**ARMANDO FRANÇA**  
Deputado na AR

## UM PAÍS A ARDER E O PATO-BRAVISMO

Décadas de incúria transformaram a floresta portuguesa num braseiro que arde mais rapidamente do que um fósforo. Ano após ano o país fica mais acastanhado e se a floresta continuar a desaparecer a este ritmo o verde desaparecerá definitivamente. Os nossos descendentes herdarão então uma paisagem lunar que constituirá mais uma porta aberta à invasão da selva de cimento da construção civil que já hoje constitui a primeira actividade económica nacional. As consequências serão catastróficas. Aumento das já elevadas temperaturas, desertificação das regiões do sul com o avanço da seca, escassez de água, declínio da agricultura, aumento da dependência alimentar e agravamento do défice da balança comercial. Mas que importância tem isto para os *vips* e outros representantes da imbecilidade pato-bravista nacional, se puderem fazer férias de revista cor-de-rosa junto da costa ou no estrangeiro enquanto o resto do país se transforma num braseiro?

Perante este cenário dantesco, não é apenas necessário apostar num novo ordenamento florestal, medida de médio e longo prazo, mas começar a actuar já no curto prazo, sob pena do país continuar a arder ao mesmo ritmo ou a um ritmo superior nos próximos anos. O Presidente da República não hesitou e solicitou a limpeza coerciva da floresta no caso dos proprietários por indiferença ou por negligência se recusarem a fazê-lo. Por sua vez, o ministro da Agricultura compreendeu que é necessário iniciar uma nova política florestal que passa antes de tudo pela limpeza das matas e o cultivo de novas espécies que ponham em causa o monopólio que o eucalipto e o pinheiro bravo desfrutam na floresta nacional. Esta política baseia-se em penalizações fiscais para quem não limpar as florestas e em incentivos para quem decidir diversificar a fauna florestal de acordo com as indicações prescritas pelos técnicos e a natureza do terreno. Se a isso acrescentarmos a melhoria na técnica de combate aos fogos florestais — Portugal é o país da UE que mais água gasta neste combate com os piores resultados — poderemos ter um ponto partida para uma nova política de prevenção e combate ao maior flagelo da época

balnear. Combate que também passa por medidas de reordenamento territorial que invertam o processo de desertificação do interior e travem o afluxo crescente das populações ao litoral.

No entanto, logo que estas medidas foram anunciadas um coro de indignação percorreu o país. Como a propriedade privada constitui para alguns um direito absoluto de que se pode usar e abusar mesmo quando o interesse comum é posto em causa, a limpeza coerciva das florestas foi entendida como um acto de expropriação que evocava o tão anatematizado PREC. Outros, mais moderados, argumentaram que a floresta portuguesa não era suficientemente rendível para ser limpa, o que pressupõe que se pode recusar a diversificação das espécies florestais e continuar impunemente a plantar pinheiros e eucaliptos que, pelo menos, sempre rendem alguns cobres. Eis como arrogância, a incúria e o incivismo disfarçados de pobreza franciscana continuam a comandar o comportamento de alguns dos nossos compatriotas. Incúria e incivismo que se estendem às proezas pirotécnicas que algumas comissões organizadoras de festas populares estivais em zonas florestais não querem sacrificar, apesar da mancha florestal da localidade vizinha arder como um braseiro. Incúria e incivismo que transforma muitas das nossas florestas em zonas de despejo de toda a espécie de lixo, mas que levantam clamores de indignação quando o Estado projecta construir aterros sanitários na nossa localidade. É esta a verdadeira mentalidade paroquial que tem que ser combatida sem reservas com medidas de formação cívica, mas também com medidas punitivas e políticas que promovam um desenvolvimento económico equilibrado. Caso contrário, podemos desde já prepararmo-nos para fabricar tendas e importar camelos para percorrer de norte a sul este deserto português à beira-mar plantado.



**JOAQUIM JORGE VEIGUINHA**

### TELEVISÃO

## GOVERNO REAFIRMA NÃO TER DADO AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DA TVI

O ministro dos Assuntos Parlamentares negou peremptoriamente no dia 6 que o Governo tenha autorizado a venda da TVI ao grupo espanhol de comunicação Prisa

Recordando que “o Governo não tem competência para autorizar vendas de e empresas privadas de comunicação social”, Augusto Santos Silva afirmou serem “absolutamente falsas” e “insultuosas” as declarações do presidente do PSD, Marques Mendes, que disse, domingo, que o Governo se estava a preparar para autorizar “à socapa” o negócio entre as empresas Media Capital e Prisa.

“As mudanças de accionistas numa empresa privada não têm nada que ver com o Governo”, reafirmou o responsável pela tutela da Comunicação Social, durante a audiência da Comissão Parlamentar dos Direitos, Liberdades e Garantias.

**Accção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches [jseguro@ps.parlamento.pt](mailto:jseguro@ps.parlamento.pt) | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva [silvino@ps.parlamento.pt](mailto:silvino@ps.parlamento.pt)  
REDACÇÃO J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt) | Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt) | Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) | SECRETARIADO Virginia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval [francisco@ps.pt](mailto:francisco@ps.pt) | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para [accasocialista@ps.pt](mailto:accasocialista@ps.pt)

[www.psp.pt/accacao](http://www.psp.pt/accacao)



## A CRIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E O CHOQUE TECNOLÓGICO NOS PROGRAMAS ELEITORAIS AUTÁRQUICOS

1. Uma das questões fundamentais para o sucesso de um Plano Municipal para a Sociedade de Informação e Conhecimento - PMSIC, instrumento de gestão e modernização Municipal, é a Formação e a criação de Competências na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), que localmente permitam sustentar esta política estratégica.
2. A criação de competências a nível local pode, neste âmbito, organizar-se em quatro áreas, nomeadamente: básicas, profissionais, técnicas e de cidadania.
3. No âmbito das competências básicas, é importante a implementação de um sistema de formação que permita a obtenção do Diploma de Competências Básicas, aprovado pelo Governo de António Guterres através do Decreto-Lei nº 140/2001 de 24 de Abril, por parte da generalidade dos cidadãos. Este nível de competência abrange a generalização de conhecimentos que permitam o acesso ao computador e à rede, leia-se Internet, nas suas funções básicas, tais como o processamento de texto, o correio electrónico e a navegação na web.
4. Para além de um sistema básico de familiarização da população com as tecnologias da informação e comunicação, é fundamental o desenvolvimento de competências profissionais que impulsionem o desenvolvimento económico e social. Seja através de instalação de empresas de formação no concelho, seja através da abertura de centros públicos de formação, possibilidade que existe hoje em Portugal. O importante é que os cidadãos adquiram competências profissionais na área das ferramentas de produtividade tais como o processador de texto, a folha de cálculo, a ferramenta de apresentações ou quaisquer outras

que, no âmbito da sua actividade profissional, potenciem o uso das tecnologias de informação e comunicação e permitam agregar valor.

5. Consequentemente, uma autarquia que pretenda melhorar a sua competitividade terá também que fazer uma aposta séria na criação de competências técnicas locais que atraiam a instalação de empresas tecnológicas ou o desenvolvimento de projectos assentes no uso de tecnologias de informação e comunicação. Existem, pelo menos, dois mecanismos que poderão facilitar tal ensino: por um lado a criação de cursos tecnológicos nas escolas profissionais existentes, onde muitas vezes a autarquia tem um peso significativo; por outro lado, a criação de centros de competência especializados protocolados com a própria indústria.
6. Em complemento destas iniciativas é fundamental alargar o âmbito de intervenção a competências de cidadania que potenciem o uso da rede. Estas competências são fundamentais e permito-me elencar três, a saber: a) promoção do trabalho em rede; b) incentivo à expressão da opinião individual ou em grupo usando as tecnologias de informação e comunicação; c) reforço dos mecanismos de comunicação com as autarquias fazendo uso das TIC.
7. Em conclusão salienta-se que a criação de condições para capacitar as pessoas de modo a potenciar o uso das tecnologias de informação e comunicação é uma das tarefas onde as autarquias poderão desempenhar um papel determinante neste momento. O êxito de tal política será da maior importância para a aumentar a competitividade local e a empregabilidade dos cidadãos.



**MARIO FRANCO**  
mail@mario-franco.net

## UMA NOVA ATITUDE PERANTE A FLORESTA

*Consideramos ainda, como essencial, a elaboração de um Plano de Intervenção Florestal que determine uma nova atitude do município em relação à floresta. Plano que particularize medidas e atitudes que nos levem a não repetir os erros cometidos ao longo dos últimos 50 anos: mais floresta, só com correcto ordenamento e só se a podermos tratar convenientemente [...]*



**ARTUR VAZ**  
Candidato do PS a Câmara Municipal de Vila Real

No espaço de uma semana arderam, só no concelho de Vila Real, mais de sete mil hectares de floresta, matos, pastagens e, aqui e ali, hortas, vinhas e outras culturas. Algumas localidades, muitas habitações isoladas e outras construções correram sérios riscos de serem assoladas pelo fogo. Felizmente que, com muita sorte, e também muita determinação das populações e dos bombeiros, neste particular foi possível ultrapassar, com sucesso, algumas situações mais aflitivas. Há, infelizmente, a lamentar a morte de um jovem bombeiro — a quem presto a minha homenagem — da Corporação de Santa Marta de Penaguião, ocorrida no combate a um incêndio, em zona limítrofe dos dois concelhos.

Fácil seria, em circunstâncias como estas, optar por um discurso de culpabilização e de apontar o dedo à falta de prevenção, à floresta desordenada que temos, à incúria dos proprietários, à ausência de planos de intervenção florestal, às urbanizações ou construções sem nexos, rodeadas de árvores, mato e detritos por todos os lados, à pouca importância que a Câmara Municipal concede, no âmbito da sua actividade, à defesa e preservação de um património essencial para a economia do concelho e para a manutenção da nossa riqueza ambiental e paisagística.

Preferi, no entanto, seguir outro caminho. Durante os dias de incêndios apelei aos nossos candidatos às Assembleias de Freguesia para que dessem toda a colaboração e apoio a quem combatia as chamas e que ajudassem, de acordo com a sua disponibilidade, a ultrapassar de situações graves. Sei que o fizeram, trabalhando e apoiando as populações com dedicação, muito esforço e trabalho. Reuni depois com eles e fizemos um ponto de situação. Visitamos em seguida as zonas e povoações mais atingidas. Finalmente iniciei, com professores da Universidade, técnicos dos Serviços Florestais e da Protecção Civil, uma reflexão que nos permita apresentar ideias e propostas, no sentido de evitarmos o mais possível idênticas situações no futuro, ou sabermos limitar e minimizar as suas consequências, caso não possam de todo ser evitadas.

Nos nossos debates e reflexões achamos que, também em relação às áreas florestais, às zonas de mato, pastagens e vegetação espontânea, temos que partir para um tempo novo marcado por novas atitudes. Quando dizemos temos, queremos significar que tem que haver aqui um esforço e um trabalho colectivos. Liderado pela Câmara Municipal, em estreita articulação com as Juntas de Freguesia, sem dúvida. Mas um trabalho que associe outras entidades, a começar pela Universidade, pelos Serviços Agrícolas e Florestais, pelo Parque Natural do Alvão, pelas Associações de Bombeiros, pelas Associações de Produtores e de Desenvolvimento Local, pelas Associações Ambientais e de Protecção da Natureza e implicando, de forma activa e participante, os Conselhos Directivos de Baldios, os proprietários, os pastores, os caçadores, ou seja, toda a comunidade local.

Depois temos que a nível do PDM — ou se este ainda não consagrado, com rigor o que pretendemos, elaborando um novo Plano de Ordenamento — definir, para todo o concelho, qual o uso que pode e deve ser dado a cada espaço do nosso território: zonas de floresta, zonas de vegetação espontânea, de pastagens, de culturas, zonas passíveis de urbanização e cumprir rigorosamente o que estiver determinado.

Consideramos ainda, como essencial, a elaboração de um Plano de Intervenção Florestal que determine uma nova atitude do município, em relação à floresta. Plano que particularize medidas e atitudes, que nos levem a não repetir os erros cometidos, ao longo dos últimos 50 anos: mais floresta, só com correcto ordenamento e só se a podermos tratar convenientemente; um plano que defina quais as infra-estruturas essenciais a construir — estradas, caminhos, aceiros, pontos de água... —, que identifique as suas fontes de financiamento e calendarize a sua execução; que determine a plantação de mais folhosas: carvalhos, sobreiros, castanheiros, videiros, choupos; que estimule e apoie práticas de associação entre os proprietários que ajudem a ultrapassar os estrangulamentos inerentes à pulverização da nossa estrutura fundiária; em suma, que induza e provoque uma mudança de mentalidades que nos permita assumir e realizar que a floresta é uma cultura e como tal necessita, tal como as outras, de práticas de manutenção e tratamento permanentes.

## DA NECESSIDADE DOS INVESTIMENTOS À SUA PRIORIZAÇÃO

O PIP anunciado por José Sócrates é necessário como pão para a boca quer para renovar tecnologicamente o país quer para relançar o crescimento económico e o emprego quer ainda para voltar a unir os portugueses em torno de grandes causas.

No entanto, em torno do PIP estabeleceu-se, de imediato, uma querela entre "keynesianos" e neoliberais. Os primeiros, defensores do investimento público como motor da economia e como reordenador da sociedade civil e os segundos, defensores de que não deve haver investimento público mas sim privado, de preferência pago pelo Estado. Sim, porque, em Portugal, temos visto muito investimento privado pago pelo Estado.

Assim, os que se posicionam pelo argumento neoliberal tentam controlar o aparelho de Estado e pô-lo ao seu serviço particular e interesse pessoal ou grupal ou empresarial. Com esses não podemos contar, portanto, para a defesa do interesse geral e do bem público. Nesta linha, o manifesto dos 13 economistas é a versão inconsciente e impensada deste pensamento neoliberal. O pensamento «keynesiano» deve ser caldeado pelo ideal socialista da igualdade de oportunidades e da provedoria de serviços mínimos a todas as populações. Nesta linha, em sociedades pouco desenvolvidas o Estado tem de assumir um papel maior como dinamizador da economia e como orientador da sociedade civil. Portugal não atingiu ainda o nível de desenvolvimento de outros países mais avançados, onde a sociedade civil está mais sólida económica e culturalmente. Por isso, em Portugal, o Estado tem ainda um importante papel a desempenhar quer como Estado Provedor quer como Estado Orientador.

A necessidade de um novo aeroporto de Lisboa (NAL) e de um comboio rápido entre Setúbal e Braga, pelo menos, é por de mais evidente. É tão evidente que não podemos desperdiçar tempo a justificá-la.

Os argumentos que hoje se apresentam contra estes projectos são os mesmos que se apresentaram contra a o viaduto Duarte Pacheco e a auto-estrada de Monsanto, contra a Ponte sobre o Tejo (Ex-Salazar e hoje 25 de Abril ou contra a ponte da Arrábida. Recordo-me de o meu pai contar que esta foi conhecida, na altura, como a ponte do «lá vem um», argumento dos seus detractores para, então, justificarem a sua inexistência. O tempo demonstrou o quão necessárias eram estas obras!

Porém, se a necessidade de um NAL e de um CAVE (Comboio

### HENRIQUE FERREIRA

de Alta Velocidade), é por de mais evidente, devem ser bem estudados os projectos a desenvolver bem como a sua priorização.

Dois projectos podem avançar em simultâneo: o do NAL e o do CAVE, entre Setúbal e Braga ou entre Setúbal e Vigo. Quanto à linha Lisboa-Badajoz deve ser iniciada apenas quando aqueles dois projectos não possam ser postos em causa. Será muito difícil a Portugal defender a construção e o financiamento de um NAL quando Lisboa e Madrid estiverem separadas por apenas duas horas e meia em CAVE.

Por outro lado, o CAVE Setúbal — Braga ou Setúbal — Vigo unirá o nosso país, demonstrando que há a preocupação pela solidariedade para com o Norte e para com o Sul pois a linha também seria útil para melhorar a rapidez da ligação ao Algarve, através da nova ponte sobre o Tejo. É importante que se sinta que o CAVE é de todo o país e não apenas de Lisboa.

Finalmente, tenho sérias dúvidas sobre se o NAL deve ser construído na Ota. Essas dúvidas advêm do facto de ser consensual que a Ota não pode evoluir para lá dos 30 milhões de passageiros e de exigir acessos cuja construção se afigura caríssima. Ora, nós não podemos dar-nos ao luxo de investir agora para abandonarmos a infra-estrutura daqui a 30 ou 40 anos. Por isso, há que pensar bem porque não somos um país que possa esbanjar dinheiro.

Para esbanjamento já chegam as obras de modernização da Linha do Norte e da Linha da Beira Baixa. Naquela gastou-se dinheiro para os comboios andarem, praticamente, mais devagar e na da Beira Baixa investem-se milhões sem se melhorar o traçado. Quando se quiser mexer neste será necessário reinvestir na infra-estrutura eléctrica e investir novamente milhões. Porque, sem alteração de traçado, e apesar da electrificação, serão necessárias três horas e meia para se fazer Lisboa — Covilhã, 280 quilómetros, em comboio, à média de 80 km/hora! Com um pouco mais de investimento, teria sido possível aumentar a velocidade para 120 km/hora, o que colocaria a Covilhã a duas horas e meia de Lisboa.

É por razões como esta que os investimentos devem ser bem equacionados. Sobre tudo em termos do seu retorno futuro.





# UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS



AUTÁRQUICAS 2005

